

TRABALHADORES DO CAFÉ NO VALE DO JEQUITINHONHA: UMA ANÁLISE GEOGRÁFICA

Célio Augusto da Cunha Horta*
Márcia Soares Dias**

"Quanto mais incompleto e até imperfeito for o trabalhador parcial, mais será ele perfeito como parte do trabalhador coletivo".

Karl Marx

"A força vital do sistema capitalista não provém de sua reprodução ampliada sobre zonas a ele "exteriores", mas emana do relacionamento entre espaços não-homogêneos, irregulares, não idênticos".

Amim & Vergopoulos

1- INTRODUÇÃO

A inserção da cafeicultura moderna no Vale do Jequitinhonha produziu, a partir do início dos anos 1970, modificações significativas na estrutura produtiva e relevantes alterações nos espaços rural e urbano da região constituída pelos municípios de Capelinha, Minas Novas, Itamarandiba, Novo Cruzeiro, Carai e Padre Paraíso.

A intensificação do processo de concentração fundiária ocorreu em conformidade com a modernização e o incremento da produção do café no Vale. Provavelmente, há forte correlação entre a expansão de espaços periféricos nas sedes urbanas e nos distritos municipais e a criação de novas relações de dependência no campo.

Considerando-se, portanto, que a cafeicultura moderna contribuiu com o processo de reestruturação socioespacial no Vale, objetivou-se construir reflexões e análises

* Professor Assistente do Departamento de Geografia da UFMG.

** Bolsista do CNPQ, discente do curso de graduação em Geografia da UFMG.

referentes à submissão e à resistência do camponês e, também, apresentar algumas ideias sobre a luta diária do trabalhador volante.

Esse artigo é constituído de três partes complementares. A primeira refere-se à inserção da cafeicultura moderna no Vale do Jequitinhonha. A segunda parte trata das alterações na estrutura fundiária e de algumas modificações nas relações de produção apresentando, também, algumas transformações demográficas. A terceira e última parte aborda várias questões pertinentes às condições de vida e de trabalho do camponês e do trabalhador volante envolvidos com a cafeicultura.

2- O CAFÉ NO VALE

O café chegou ao Brasil em 1727, trazido das Guianas¹. Após algumas décadas foram plantadas as primeiras mudas no Rio de Janeiro, onde iniciou-se a intensificação do seu cultivo no país, depois expandido pelo Vale do Paraíba em direção a São Paulo e Minas Gerais (Prado Júnior, 1970). No final do século XIX tornou-se o principal produto das exportações brasileiras e de 1890 a 1929 a produção em São Paulo quintuplicou, levando o país à posição de maior exportador mundial de café (Stolcke, 1986).

De acordo com Nakagawara (1994) o norte do Paraná representou o limite climático, ao sul do Brasil, de expansão das lavouras cafeeiras que chegaram a este estado na década de 1930. A diminuição da fertilidade das terras e o “desmantelamento” da grande propriedade cafeeira de São Paulo, decorrente da crise de 29, teriam motivado o deslocamento da lavoura em direção ao sul. Segundo o mesmo autor, o Paraná respondeu, em 1961, por metade da produção brasileira (54%) e cerca de 1/3 da produção mundial, superando São Paulo. Durante as décadas de 1960 e 1970, entretanto, o esgotamento do solo e as sucessivas geadas desestruturaram a produção deste estado. As geadas atingiram também as lavouras de São Paulo e do sul de Minas Gerais, levando à erradicação de milhares de cafeeiros.

¹ Segundo Manuel Correia de Andrade, o café é originário da Etiópia. Foi introduzido no Brasil, vindo da Guiana Francesa, no século XVIII. Sua cultura iniciou-se no Pará, mas somente tornou-se uma cultura comercial no Rio de Janeiro. Ver ANDRADE, Manuel Correia. Geografia econômica. SP: Atlas; 11º ed., 1992; p.243.

Concomitantemente, as "terras do cerrado"² tornavam-se a nova fronteira de expansão do café, havendo um significativo aumento da área cultivada em Minas Gerais e na região Centro-Oeste. Anteriormente, Minas era o terceiro estado na liderança da produção brasileira, depois de São Paulo e do Paraná. Porém, entre 1969 e 1983, o número de cafeeiros do estado triplicou (Caixeta, 1996) tornando-o líder da produção nacional. As novas áreas cultivadas no Triângulo Mineiro, Alto Paranaíba e Vale do Jequitinhonha contribuíram muito para esse aumento da produção.

Até os anos 1970, a cafeicultura mineira manteve-se concentrada no sul do estado. Com a descoberta das potencialidades do solo dos cerrados, uma grande quantidade de investidores veio para essas novas áreas, atraídos pelos incentivos das políticas de recuperação do café, adotadas pelo Instituto Brasileiro do Café (IBC) a partir de 1968.

3- A INSERÇÃO DA CAFEICULTURA NO VALE DO JEQUITINHONHA

A produção mais intensiva de café na região somente teve início em meados da década de 70, subsidiada pelas políticas nacionais de incentivo.³ Por intermédio do Plano de Renovação e Revigoração dos Cafezais, aprovado em 1970, o governo federal passou a conceder financiamentos para a formação de mudas e plantio de cafeeiros em novas áreas, como parte do Programa de Incentivo à Produção. Essas políticas objetivavam a recuperação da produção nacional, que sofrera diminuição maior do que a desejada após os programas de erradicação praticados anteriormente para corrigir o impacto monetário negativo, decorrente do excesso de oferta interna do produto (Carvalho Filho, 1976).

² De um modo geral, os pesquisadores consideram que em Minas Gerais são quatro as macrorregiões de café: 1) Região do Sul de Minas: Sul de Minas, Sudoeste de Minas e Campos das Vertentes; 2) Região dos Cerrados de Minas: Alto Paranaíba, Triângulo Mineiro, Noroeste de Minas e Alto São Francisco; 3) Região das Montanhas de Minas: Zona da Mata e Rio Doce; 4) Região do Jequitinhonha: Vale do Jequitinhonha e Vale do Mucuri. Ver BARTHOLO, Gabriel e MENDES, Antônio. Cultivares de cafeeiros recomendadas para Minas Gerais. Circular Técnica - nº 89, junho. EPAMIG: Lavras, 1998.

³ O Censo Agropecuário de 1970 (IBGE) registra a presença do cultivo de café em quase todos os municípios do Vale do Jequitinhonha, revelando uma produção relativamente expressiva em vários deles. Destacavam-se os municípios de Salinas, Rio Pardo de Minas, Caraf e Serro. Provavelmente, eram cultivos em regime de produção familiar destinada à comercialização local e ao consumo próprio, à semelhança de outros itens como arroz, milho, feijão e mandioca, tradicionais na agricultura do Vale.

Na ocasião do início da implantação da cafeicultura no Vale do Jequitinhonha, a agricultura de Minas Gerais sofria transformações que preconizavam sua reestruturação por meio da modernização do setor e ampliação da área cultivada. Por intermédio dos Planos Mineiros de Desenvolvimento Econômico e Social (PMDES), buscava-se, na década de 70, um crescimento econômico apoiado no crescimento industrial. De acordo com os postulados deste Programa, a agricultura e a pecuária representavam um entrave; eram vistas como atividades pouco produtivas (Muinhos, 1992). Estes planos incluíam propostas para uma maior eficiência na exploração das grandes propriedades e viabilização da produção familiar no estado.

No caso específico do café, havia também o apoio das políticas nacionais de incentivo ao seu plantio, expressas no Plano de Renovação e Revigoração dos Cafezais (PRRC), entre 1960-1975. Segundo Nabuco (1988), Minas Gerais foi um dos estados que mais se beneficiou deste programa por possuir solos e climas apropriados ao cultivo do café. Até então, a cafeicultura no estado concentrava-se nas regiões Sul e Zona da Mata.

O café teria sido o grande responsável pela recuperação da agricultura mineira (Nabuco & Lemos 1986). Ainda segundo Nabuco (1988), por meio dos programas regionais de desenvolvimento investiu-se em pesquisa, assistência técnica, infraestrutura energética, rodoviária e de armazenamento e facilitou-se o crédito barato aos produtores. Como resultado, a agricultura mineira foi impulsionada rumo à especialização em produtos como café, soja e cana, favorecida pela incorporação de novas terras baratas no cerrado.⁴ Nabuco refere-se ao Vale do Jequitinhonha como uma área de implantação de grandes projetos hidrelétricos, rodoviários e de irrigação para aproveitamento dos investimentos feitos na região durante os anos 1970.

Conforme Silva (1990), ocorreu intensa atuação do Estado na articulação regional, durante os anos 1960 e 1970. O discurso predominante indicava a importância de promover a integração do Vale do Jequitinhonha ao contexto mais amplo da economia estadual e nacional. As principais medidas visando "romper o isolamento geoeconômico do Vale" consistiram em melhorias do acesso à região, fornecimento de energia elétrica e

⁴ A autora correlaciona o fim das facilidades e das áreas disponíveis para a expansão, ocorridos na década de 80, à intensificação de cultivos e à concentração das propriedades e da produção em Minas Gerais.

implantação do sistema de telefonia. Ou seja, o fornecimento da infraestrutura básica necessária à penetração do capital e ao aproveitamento dos recursos e da mão-de-obra disponíveis.⁵

Ainda de acordo com Silva (1990), a exploração capitalista dessas atividades causou a desorganização da produção camponesa e a conseqüente diminuição da oferta interna de alimentos, aumentando a dependência em relação aos grandes centros.

A existência de grandes extensões de terras “inutilizadas”⁶ e a facilidade de aquisição dessas terras, somada ao contingente de mão-de-obra numerosa e barata foi, a propósito, uma das razões que motivaram a exploração capitalista da região. Um outro comentário sobre a forma como ocorreu a incorporação das terras do Vale do Jequitinhonha é feito por Maria Aparecida de Moraes Silva (1999):

“O medo de ficar sem as terras fez com que os camponeses as “vendessem”, a qualquer preço, aos compradores paulistas, aos estranhos, recém-chegados. Esses estranhos eram portadores de uma nova linguagem. Eram dotados de um novo saber representado pelo poder do dinheiro. Aos olhos dos camponeses, ao mesmo tempo que representavam uma ameaça, eram também a salvação, pois eles “comprando” suas terras, evitariam que essas fossem tomadas pelas grandes companhias e pelo Estado”. (Silva, 1999, p. 46).

Os primeiros investidores na cafeicultura do Vale vieram do sul do estado de Minas, de São Paulo e do Paraná. Hoje encontram-se entre os produtores, antigos comerciantes e profissionais liberais das mais diversas áreas de atuação, que descobriram no cultivo de café da região do Vale uma lucrativa atividade e uma ótima oportunidade de investimento.

⁵ A intervenção do Estado se fez também através dos órgãos técnicos de apoio a essas atividades, que asseguraram a “incorporação tecnológica no agro regional”. O emprego de tecnologias mecânicas e químicas foi imposto através do “crédito subvencionado e orientado”. O elevado grau de mecanização da cafeicultura regional tem vinculação direta com esse processo. (SILVA,1990).

⁶ Essas terras na verdade eram ocupadas pela população camponesa que nelas praticava, sobretudo, agricultura de subsistência.

Mapa 1



A cafeicultura moderna, portanto, a partir dos anos 70, regionalizou-se no Jequitinhonha.⁷ Atualmente, a região do café, no Vale do Jequitinhonha, abrange os municípios de Itamarandiba, Capelinha, Carai, Novo Cruzeiro, Minas Novas e Padre Paraíso localizados no Alto e Médio Jequitinhonha (Mapa 1). Nessa região do café⁸, o problema de escassez de chuvas, que caracteriza a maior parte do Vale, é bastante amenizado favorecendo, assim, o plantio.

⁷ A expansão territorial do café ainda está em curso e extrapola os limites regionais do Jequitinhonha, indo em direção aos Vales do Mucuri e do Rio Doce. No Vale do Jequitinhonha, Almenara, Rio Pardo de Minas e Botumirim – municípios localizados fora da “região do café” – também destacam-se entre os maiores produtores de café. Sobre os dados referentes à produção de café em coco nos municípios do Vale do Jequitinhonha (1970 a 1985) ver Relatório de Pesquisa: A cafeicultura no Vale do Jequitinhonha: relações de trabalho e condições de vida do camponês e do bóia-fria (DIAS, Márcia e HORTA, Célio - UFMG, 2002).

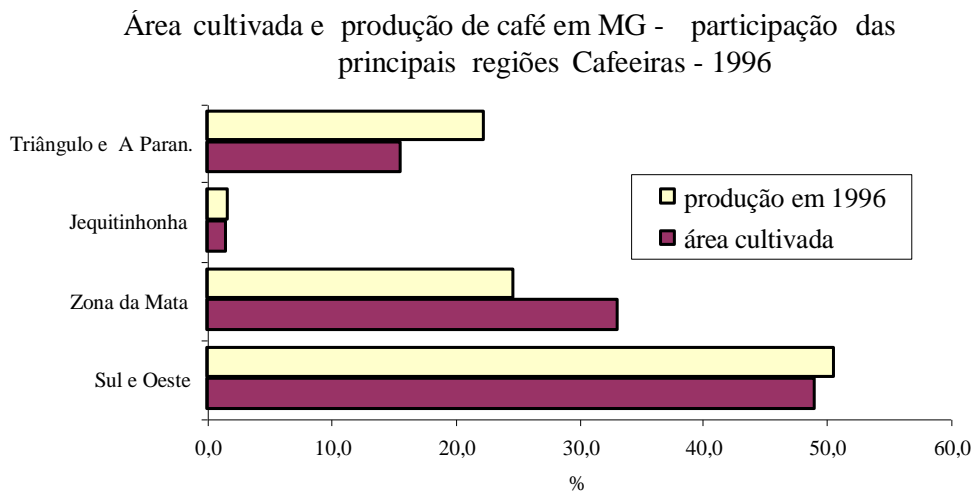
⁸ As últimas emancipações resultaram no desmembramento de Aricanduva em 1995, antigo distrito de Itamarandiba, de Leme do Prado (1995) que pertencia ao município de Minas Novas e de Angelândia em 1997, antigo distrito de Capelinha.

4- O CAFÉ DO VALE NO CONTEXTO REGIONAL DE MINAS

Em relação ao estado de Minas Gerais, a produção de café no Jequitinhonha é pouco expressiva. Em 1996 o Jequitinhonha participou com apenas 1,8% da produção de Minas Gerais e 1,7% da área cultivada (Gráfico 1). Deve-se, entretanto, destacar que, apesar da pequena participação na produção do estado, esses valores são bastante expressivos no contexto do Vale. A cafeicultura passou a assumir grande importância econômica para os municípios principais produtores. Os empregos e subempregos gerados pela atividade - não desconsiderando-se o alto grau de exploração e as precárias condições de trabalho - consistem hoje, uma das poucas alternativas para grande parte da população local. Os camponeses sobreviventes obtêm, de um modo geral, um ganho a mais, significando melhor renda mensal ou anual com a cafeicultura.

Como pode ser observado no Gráfico 1, as áreas tradicionais do Sul e Oeste e Zona da Mata continuam produzindo uma quantidade bem maior de café em comparação às novas áreas cultivadas no Triângulo/ Alto Paranaíba e Jequitinhonha. Há, entretanto, melhor produtividade (considerando-se a relação área cultivada/ produção) na Região do Triângulo/Alto Paranaíba.

Gráfico 1

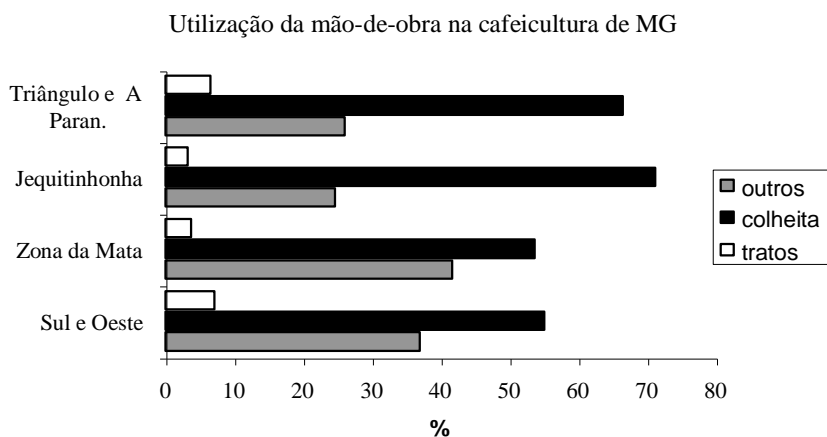


Fonte: FAEMG. 1996.

É interessante observar a relação existente entre o grau de mecanização e a utilização da mão-de-obra temporária. No Jequitinhonha e no Triângulo, regiões mais mecanizadas, a mão-de-obra empregada na colheita corresponde a 71,5% e 66,8% do total, respectivamente (Gráfico 2). Ou seja, apenas cerca de 30% da mão-de-obra é empregada durante o ano todo. Nas outras regiões, menos mecanizadas, esse valor aumenta para próximo de 50%.

No Vale do Jequitinhonha, sobretudo, a mecanização torna-se - sob o ponto de vista social - um fato bastante contraditório, dado a grande necessidade de geração de empregos na região. Da mesma forma, o tamanho das lavouras⁹ contraria interesses da maior parte da população, que traz consigo um longo histórico de sobrevivência por meio da agricultura de subsistência.

Gráfico 02



Fonte: FAEMG. 1996.

⁹ Sobre o tamanho das lavouras cafeeiras e alguns indicadores de produtividade por região ver DIAS, Márcia e HORTA, Célio A cafeicultura no Vale do Jequitinhonha: relações de trabalho e condições de vida do camponês e do bóia-fria. Relatório de Pesquisa. LESTE/UFMG, (2002).

Além da mecanização e do alto grau de exploração da mão-de-obra local, podem ser apontadas a desagregação de valor ao café e a conseqüente transferência de capital para outras regiões como sendo graves impedimentos ao desenvolvimento econômico na região¹⁰.

5- O VALE DO CAFÉ

Uma questão central merecedora de cuidadosa consideração: **qual é o significado do café para a população do Vale?**

Essa pergunta desdobra-se em outras tais como: a vida dos habitantes dessa sub-região do Vale era melhor ou pior, antes da inserção da cafeicultura moderna? Quais foram as principais mudanças socioespaciais ocorridas, desde a década de 1970, nessa sub-região? Que paisagens foram desmanchadas ou substituídas? Quais são as perspectivas para os trabalhadores rurais que se dedicam à cafeicultura?

Uma resposta “definitiva” à questão central exigiria uma investigação muito mais abrangente do que esse trabalho se propõe. Entretanto, à medida que nos aproximamos das perguntas exemplificadas (e de outras mais), torna-se possível realizar reflexões relevantes acerca da relação entre o café e a população do Vale. É necessário, portanto, diferenciar essa população: camponeses, empresários rurais, boias-frias, comerciantes, etc. Os interesses são diversos, muitas vezes complementares ou, então, contrastantes e incompatíveis.

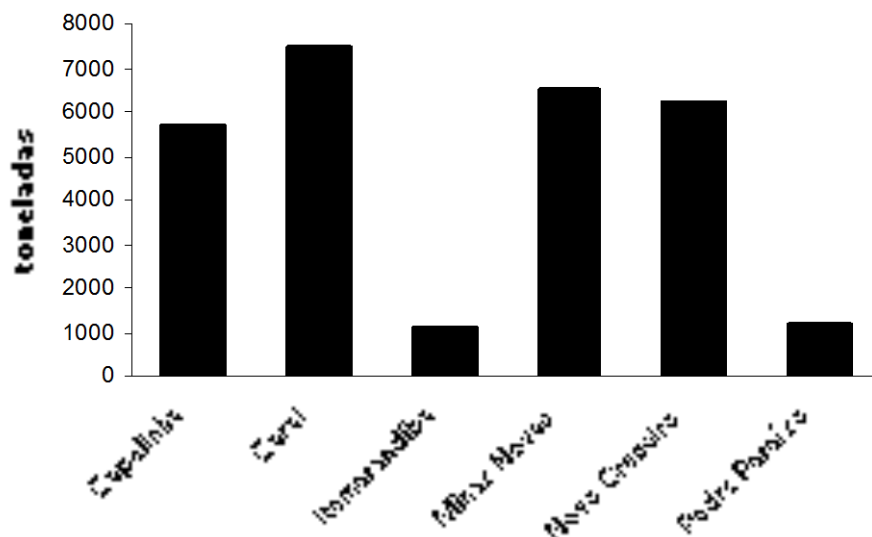
Ressalte-se, que nos municípios cafeicultores do Vale, o percentual de população ocupada no setor agropecuário era superior a 50%. Em Novo Cruzeiro e em Itamarandiba, por exemplo, a população ocupada nesse setor era superior a 80% (1980).¹¹

¹⁰ Em Minas Gerais, no período 1995/96, a maioria (58%) dos cafeicultores possuíam o curso primário, 13% o secundário e 12% o curso superior. No Vale, os respectivos valores eram de 41%, 24% e 20%. O nível de escolaridade mais elevado no Vale, em comparação com a média do estado, pode ter relação, em parte, com a presença do empresariado de outras áreas (Sul de MG, estado de São Paulo e do Paraná etc.) que investiu na região. Ver outras informações sobre o perfil do cafeicultor do Vale em: DIAS, Márcia e HORTA, Célio. Op cit. 2002.

¹¹ Maiores informações sobre a população ocupada nos setores de atividade, por município (região cafeicultora-1980), ver DIAS, Márcia e HORTA, Célio. Op cit. 2002.

Gráfico 3

Produção de café (toneladas) por município - 1990



Fonte: IBGE – Censo agropecuário 1995/96.

Em 1990, o café aparecia como principal produto agrícola (em toneladas) dos municípios de Carai e Novo Cruzeiro¹². O Gráfico 3 nos permite visualizar o ranking por município, em 1990, destacando-se Carai, Minas Novas, Novo Cruzeiro e Capelinha em termos de quantidade (toneladas). A Tabela 1, entretanto, demonstra que Capelinha, no período 1995-96, foi o município que apareceu com o maior número de quantidade colhida (toneladas), de pés colhidos (maior que a soma dos outros municípios), pés em idade produtiva, novos etc. Em termos de valor da produção, o município de Capelinha, mais uma vez destacava-se, seguido de Novo Cruzeiro. Neste caso, Capelinha confirma sua liderança regional na produção de café.

¹²A produção de cana-de-açúcar e de banana também destaca-se no contexto regional desses municípios.

Tabela 1

Produção de café por município - Vale do Jequitinhonha - 1995/96.

Municípios	Quantidade colhida (t)	Valor da produção (mil reais)	Pés colhidos (mil pés)	Área colhida (ha)	Pés em idade produtiva	Pés novos
Capelinha	14171	9216	14729	7931	16018	6127
Carai	1539	1328	3256	2538	3775	394
Itamarandiba	1198	801	1354	1387	1615	2174
Minas Novas	1762	1344	1363	1319	1480	476
Novo Cruzeiro	5486	4162	4366	2753	8404	2601
Padre Paraíso	695	403	1306	1345	1406	620

Fonte: IBGE. Censo Agropecuário 1995/96.

6- TRANSFORMAÇÕES DEMOGRÁFICAS E ALTERAÇÕES NAS RELAÇÕES DE PRODUÇÃO

A “modernização conservadora” no Vale do Jequitinhonha, a partir dos anos 1970, gerou alterações socioespaciais importantes. Além da cafeicultura, o cultivo de eucalipto e os novos incentivos à pecuária foram outras atividades cuja exploração em escala industrial iniciou-se na região também nesta década. A intensa incorporação das terras por grandes empresas reflorestadoras, ocorrida nesse período é amplamente relatada por Moura (1988). Percebe-se no trecho a seguir a alusão feita pela autora à liberação de mão-de-obra através da expropriação e expulsão de boa parte da população camponesa:

“O que ocorre nessa sociedade agrária é a passagem dos pobres a miseráveis: os que pertenciam a uma condição social desvalida, mas tinham terra para plantar e morar, ainda que submetidos a distintas formas de dominação e exploração, são hoje em grande número vaqueiros sem chão para plantar, peões de empresas reflorestadoras, diaristas e empreiteiros de sementeiras e grandes capinas de pastos”. (Moura, 1988, p. 198).

Silva (1990) reforça essa posição, ao afirmar que a cafeicultura e a silvicultura, introduzidas em determinadas regiões do Vale do Jequitinhonha, geraram significativas desestruturações socioespaciais no campo e nas cidades. Segundo o autor, a relação de Cadernos do Leste

Artigos Científicos

dominação e de “interdependência relativa” anteriormente existente entre o minifúndio e o latifúndio foi substituída por um processo socialmente muito mais perverso que o anterior. Os “agregados”, vários camponeses e diversos pequenos proprietários foram expropriados.

Relações de trabalho e de convivência foram severamente alteradas. Vender a terra e viver de salário parecia alternativa segura e promissora. Melhorar o padrão de consumo, viver na cidade, “modernizar-se” constituíam, por exemplo, no imaginário de muitos trabalhadores rurais do Vale, novidades atraentes. O difícil trabalho diário na pequena propriedade e nas “terras comuns¹³” foi questionado por muitos camponeses. O imediatismo, as dificuldades do pequeno produtor e o medo¹⁴ foram elementos que contribuíram com o êxodo rural nos municípios do café, no período em questão.

Em seu trabalho, Silva (1990) desenvolve o raciocínio de que, concluídos os períodos de utilização da mão-de-obra “permanente” nas vastas florestas de eucaliptos e nos recentes latifúndios de café, o desemprego assumiu graves proporções. O postulado de Moura (1988) referente “a passagem dos pobres a miseráveis (...)” tem forte vinculação com os “novos desempregados e subempregados” das cidades do Jequitinhonha.

No caso do reflorestamento, a Fundação João Pinheiro (1988)¹⁵ faz afirmações que aproximam-se bastante das ideias de Silva (1990).

“A produtividade das lavouras da região é baixíssima e a renda gerada com a atividade agrícola é mínima. A implantação de um projeto de reflorestamento na fase inicial requer grande quantidade de mão –de- obra. A associação desse dois fatores causou um aumento considerável na venda de terras por parte dos pequenos produtores para se empregarem nas companhias reflorestadoras onde o salário era maior do que a renda gerada na atividade agrícola. Na fase de manutenção do projeto, utiliza-se um quarta parte do pessoal necessário na fase de implantação. Como consequência, o desemprego grassou nos locais onde houve uma grande modificação na estrutura de emprego, provocando migrações para as periferias das cidades e o aparecimento dos “gatos”, (...) Aparece claramente uma mudança na

¹³ Segundo Silva (1990), essas terras serviam como áreas coletivas para pastagem de animais de uma determinada comunidade rural; uma analogia às terras comunais dos camponeses europeus antes do processo, denominado por Marx, de Acumulação Primitiva do Capital.

¹⁴ Ver citação de Silva (1999) nas páginas 5 e 6.

¹⁵ Ver Programa Novo Jequitinhonha, FJP, 1988.

estrutura de emprego, com maior presença da mão-de-obra assalariada”. (FJP, 1988, p.119).

A atividade cafeeira, nos municípios afetados pela ação das reflorestadoras, absorveu parte desse pessoal desempregado? Pesquisas regionais¹⁶ apontam noutra direção. De acordo com elas, a introdução da cafeicultura moderna, no Vale, processou-se de maneira semelhante ao processo das reflorestadoras. Segundo a FJP (1988):

“A mudança mais marcante reside na intensificação do processo de assalariamento da força de trabalho, que reflete o crescimento das atividades da pecuária, cafeicultura e reflorestamento. Os trabalhadores permanentes e temporários, que representavam cerca de 20% do contingente do pessoal ocupado nos estabelecimentos em 1970, aproximam-se de 30% em 1980. O aumento do trabalho assalariado é particularmente expressivo para a categoria permanente, que tem uma variação superior a 130% no período 1970-80. O assalariamento temporário também cresceu, embora de forma menos acentuada mas ainda bastante significativa, com uma variação próxima a 60% no mesmo período.” (FJP, 1988, p.24)

Difícil separar os efeitos da cafeicultura e das reflorestadoras nas relações de produção no Vale do café. Municípios como Itamarandiba e Minas Novas, por exemplo, sofreram ações de ambas atividades. Porém, as Tabelas 2 e 3 discriminam essas atividades, por município, observando-se que boa parte das lavouras permanentes correspondem ao cultivo de café, no período 1995-96.

¹⁶ Estudos de SILVA, Napoleão op. cit; TUBALDINI, M. A. & ARAÚJO, M. L. G. Agricultura e aspectos rurais no Vale do Jequitinhonha. In: Reestruturação Socioespacial e Desenvolvimento Regional do Vale do Jequitinhonha. Belo Horizonte: LESTE - IGC/UFMG. Relatório 1, vol. 2. 2000. Sobre a variação anual do emprego temporário no "vale do café " ver DIAS & HORTA op. cit.. 2002.

Tabela 02

Número de Estabelecimentos por Grupo de Atividade Econômica - 1995/96

Municípios	Lavoura temporária	Horticultura	Lavoura permanente	Pecuária	Produção mista	Silvicultura e exploração florestal	Produção de carvão vegetal
Capelinha	363	24	625	192	419	27	11
Carai	282	9	581	114	154	10	1
Itamarandiba	680	32	138	441	474	72	143
Minas Novas	961	69	139	948	1837	62	5
Novo Cruzeiro	1318	6	500	246	516	98	9
Padre Paraíso	291	14	290	94	82	3	1
Jequitinhonha	8785	395	3978	12359	8604	1552	327

Fonte: Censo Agropecuário 1995/96.

Tabela 03

Percentual de Utilização das Terras - 1995/96

Municípios	Área total (ha)	Lavouras			Pastagens		Matas e florestas		Produtivas inutilizadas
		Permanentes	Temporárias	temporárias em descanso	Naturais	Plantadas	Naturais	Plantadas	
Capelinha	79239	12,5	5,8	1,3	17,3	10,1	24,0	12,9	7,8
Carai	58111	7,3	6,0	2,4	34,4	15,0	25,2	0,3	3,3
Itamarandiba	157581	1,3	4,1	1,6	9,9	11,6	33,0	31,5	1,6
Minas Novas	62414	3,2	10,8	5,4	21,2	9,0	34,0	1,4	7,3
Novo Cruzeiro	79862	5,0	9,2	1,7	33,4	3,9	36,3	0,5	3,0
Padre Paraíso	35578	6,5	5,7	3,2	40,7	10,9	22,8	0,6	4,9
Jequitinhonha	2872618	1,5	2,9	0,3	41,9	15,7	19,9	5,7	4,4

Fonte: Censo Agropecuário 1995/96.

Além de modificações nas relações de trabalho, saliente-se, ainda, que no período de 1970 a 1980, todos os municípios do “Vale do café” (com exceção de Minas Novas) perderam – em números absolutos – população rural e ganharam população urbana (Tabela 4). No período de 1980 a 1991, estes mesmos municípios continuaram obtendo crescimento real de população urbana e Novo Cruzeiro e Itamarandiba tiveram perdas absolutas de população rural. A título de ilustração, nota-se que em 1970, Capelinha possuía cerca de 78% de sua população residindo no campo e em 1996 cerca de 41%.

Carai, em 1970, tinha aproximadamente 87% de sua população morando no campo e em 1996 passou a contar com 70% (Tabelas 4 e 5). Segundo a FJP (1988), Capelinha e Itamarandiba estão entre os cinco municípios (1970-1980) do Vale, que obtiveram maior intensidade do duplo processo de **êxodo rural expressivo e alto poder de atração urbana**¹⁷.

Os municípios componentes da região do café apresentaram, no período de 1970 a 1991, crescimento populacional (com exceção de Novo Cruzeiro)¹⁸. Entretanto, de 1991 a 1996, em todos eles (menos em Capelinha) houve perda absoluta de população. Apesar disto, esses municípios, no mesmo período, mantiveram crescimento de suas populações urbanas (Tabela 5). Em contrapartida, houve decréscimo absoluto de suas população rurais.

Em síntese: de 1970 a 1991, os municípios cafeicultores do Vale do Jequitinhonha, de um modo geral, obtiveram:

- pequeno crescimento populacional;
- aumento da população urbana;
- estagnação ou perda absoluta de população rural;

De 1991 a 1996, persistiram os ganhos de população urbana e as perdas de população rural, entretanto, ocorreu, paralelamente, diminuição da população municipal. O comportamento demográfico desses municípios, no período de 1970 a 1996, é semelhante ao do conjunto do Vale do Jequitinhonha¹⁹. De acordo com Matos (1999)²⁰ de 1970 a 1991 o crescimento populacional no Vale ficou próximo de zero; e de 1991 a 1996 a variação foi negativa (- 0,18).

¹⁷ Ver *Programa Novo Jequitinhonha*, FJP, 1988.

¹⁸ Carai apresentou perda populacional no período 1970-80.

¹⁹ Importante ressaltar que desde a década de 60, o Vale do Jequitinhonha tem-se configurado numa região exportadora de mão-de-obra, ou seja, tem expulsado boa parte de sua população para outras regiões (como RMBH, RMSP e outras regiões). De um modo geral, desde 1960, tem ocorrido no Vale: elevado êxodo rural; acelerado aumento da população urbana; evasão populacional; pequeno ou nenhum crescimento populacional; aumento das migrações sazonais.

²⁰ LESTE. Reestruturação socioespacial e desenvolvimento regional. Relatório 1, Vol. 1, 1999.

Ressalte-se ainda, que dentre os principais fluxos intra-regionais do Vale (1991) três envolveram a região cafeeira:

- Carai —————> Padre Paraíso;
- Novo Cruzeiro —————> Capelinha;
- Turmalina —————> Capelinha.

Tabela 4

População Total, Urbana e Rural dos Municípios selecionados
da Região do Jequitinhonha em 1970 e 1980

Municípios	Pop. Residente em 1970			Pop. Residente em 1980		
	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural
Capelinha	19,634	4,420	15,214	23,722	10,516	13,206
Itamarandiba	27,020	3,785	23,235	28,897	8,182	20,715
Minas Novas	25,012	2,522	22,490	27,504	4,438	23,066
Carai	19,006	2,497	16,509	17,339	3,078	14,261
Novo Cruzeiro	31,422	4,492	26,930	31,214	4,903	26,311
Padre Paraíso	12,724	5,245	7,479	14,858	7,730	7,128

Tabela 05

População Total, Urbana e Rural dos Municípios selecionados
da Região do Jequitinhonha em 1991 e 1996

Municípios	Pop. Residente em 1991			Pop. Residente em 1996		
	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural
Capelinha	30,338	16,661	13,677	33,659	19,730	13,929
Itamarandiba	32,506	14,546	17,960	32,307	16,994	15,313
Minas Novas	33,631	6,463	27,168	33,446	7,904	25,542
Carai	21,778	4,757	17,021	19,649	5,913	13,736
Novo Cruzeiro	30,748	6,499	24,249	26,564	6,936	19,628
Padre Paraíso	17,327	10,123	7,204	17,221	10,592	6,629

Fonte: LESTE/IGC/UFMG.Organização: Nunes, Rodrigo.

Execução: Ribeiro, Luciana.

Outro dado importante apresentado por Matos (1999) refere-se ao saldo migratório²¹ da região do café. No período de 1981 a 1991, obtiveram saldo migratório negativo – a emigração foi numericamente superior à imigração – os municípios de Minas Novas (-194), Carai (- 239) e Novo Cruzeiro (- 689). Os municípios de Padre Paraíso (+1264), Capelinha (+ 958) e Itamarandiba (+ 513) tiveram saldos positivos, no mesmo período.

²¹ Segundo a Fundação João Pinheiro, no período de 1970 a 1980, o saldo líquido migratório negativo, no vale do Jequitinhonha, foi de aproximadamente 320 mil pessoas. Ver Programa Novo Jequitinhonha, FJP, 1988.

Destaca-se, contudo, o contínuo processo de perda absoluta de populações rurais, o aumento considerável das populações urbanas e, durante o período de 1991, a 1996 a perda no total das populações municipais. Pergunta-se: estes novos moradores das cidades são os ex-trabalhadores do campo de seus respectivos municípios ou da “região do café”? Em outras palavras: a perda absoluta de população rural significou, conseqüentemente, que boa parte dessa migrou para as respectivas sedes de seus municípios ou para as cidades próximas ?

Possivelmente, há forte correlação entre as afirmações de Silva (1990) e de Moura (1988) e a questão formulada acima. Ou seja: a venda de terras camponesas e o assalariamento para o trabalho nos latifúndios do café ou de eucaliptos parecem ter muita relação com a diminuição da população rural e o aumento da população urbana. Uma pesquisa mais minuciosa, de caráter mais quantitativo, poderia auxiliar na comprovação dessa hipótese. Sabe-se, porém - através de trabalhos qualitativos e de pesquisas de campo²² - que por consequência da cafeicultura moderna (e da silvicultura) ocorreu significativa expulsão de população rural e que boa parcela transferiu-se para as periferias urbanas de seus municípios. Muitos desses migrantes mantiveram relações com as atividades locais e regionais, outros com Belo Horizonte, São Paulo etc.²³. Segundo a FJP (1988), o reflorestamento em Itamarandiba, Turmalina, Minas Novas, Carbonita e Grão Mogol, no início dos anos 70, gerou mudanças profundas nas relações de trabalho e na estrutura fundiária regional.

“A entrada do reflorestamento não foi feita sem traumas para a região. A aquisição de terras foi realizada, segundo informantes locais, com muitos atos ilícitos, especialmente a grilagem de terras. É comum encontrar-se afirmações do gênero: “houve assinatura em branco em cartórios para aumentar as áreas”, ou “o pessoal foi sendo expulso na hora da demarcação das terras”. Se de um lado houve por parte das reflorestadoras lisura na compra de terras, é inegável que houve também prática de grilagem, deslocando grande quantidade de pequenos

²² Pesquisas diretas realizadas em campo no ano de 1999.

²³ Algumas famílias que se mudaram para as periferias das cidades do Vale do café mantinham, através de um membro familiar, relações de trabalho pouco qualificado e temporário (ajudante de pedreiro, porteiro, vigias noturnos etc.) em Belo Horizonte, São Paulo, Espírito Santo, etc.

produtores de suas terras (a maioria dos empregados das reflorestadoras são “sem terra”).” (FJP, 1988, p. 118 e 119).

7- MODIFICAÇÕES NA ESTRUTURA FUNDIÁRIA

Convém observar também as alterações na estrutura fundiária regional. Já foi mencionado que as políticas de modernização no campo geraram, entre outras mudanças, maior concentração de terras no Vale.

Em Capelinha, por exemplo, o número de pequenas propriedades (menos de 10 hectares) foi reduzido pela metade, durante o período 1970-1995 (Tabela 6). Ao mesmo tempo, a área ocupada pelas propriedades entre 100 e 10.000 hectares praticamente dobrou. As propriedades maiores, com área entre 100 e 1.000 ha, triplicaram em área e número. Em 1970, a maior propriedade de Capelinha registrada pelo Censo Agropecuário, abrangia entre 1.000 e 10.000 ha e era a única com essa extensão. Em 1995, as 4 propriedades registradas nesse grupo de área somavam uma área total 5 vezes maior que em 1970.

O cálculo do Índice de Gini²⁴ no município revelou para os anos de 1970, 1985 e 1995, respectivamente, os valores 0,69; 0,74 e 0,76. Desconsiderando-se, para o ano de 1995, as propriedades muito pequenas e aquelas sem registro comercial, que não foram incluídas no recenseamento deste ano, esses valores mostram a progressiva concentração das terras.

²⁴ O Índice de Gini varia de 0 e 1, sendo tanto maior a concentração fundiária quanto mais próximo de 1 estiver o valor do índice.

Tabela 6

Estrutura fundiária de Capelinha - MG

Grupos de área total (ha)	Estabelecimentos em 1970		Estabelecimentos em 1995	
	Total	Área (ha)	Total	Área (ha)
Menos de 10	1 460	6 318	728	3 763
10 a menos de 100	530	14 811	805	25 090
100 a menos de 1000	41	9 340	123	29 870
1000 a menos de 10 000	1	1 936	4	8 872
10 000 e mais	-	-	1	11 645
Total	572	32 405	1 661	79 239

Fonte: Censo Agropecuário 1970-1995

Ainda sobre a estrutura fundiária em Capelinha, torna-se pertinente à constatação de Tubaldini & Araújo (2000):

“(…) o movimento de concentração fundiária no Vale do Jequitinhonha não se apresenta desvinculado das reformas estatais da chamada modernização conservadora implementada na década de 70 e 80 nesta região: a introdução do reflorestamento pelo eucalipto e plantio do café, principalmente, rompeu o ciclo histórico de ocupação das terras agricultáveis do Vale pelos posseiros, a tradição da pequena propriedade de caráter familiar”. (Tubaldini & Araújo, 2000, p. 12).

Nota-se, pela pesquisa de Tubaldini & Araújo (2000), o acirramento da concentração fundiária em todo o Vale, no período de 1970 a 1996²⁵. No caso da região do café, o Mapa 2 mostra o processo de concentração de terras nos respectivos municípios, no período de 1970 a 1996.

Os efeitos da modernização conservadora no Vale, bem como da cafeicultura moderna vinculam-se diretamente com a desapropriação de vários pequenos camponeses e com a intensificação de sem terras, boias-frias e desempregados.

²⁵ De acordo com a classificação adotada pelas autoras – média; alta e muita alta – aumentou o número de municípios cuja concentração fundiária caracteriza-se por ser muito alta: em 1970 eram 12, em 1985 eram 20 e em 1996 eram 30 municípios do Vale com valores *muito altos* de concentração fundiária. Maiores informações ver TUBALDINI & ARAÚJO, op.cit. 2000.

8- TRABALHADORES DO CAFÉ NO VALE DO JEQUITINHONHA

Nesta terceira e última parte estão disponíveis alguns estudos referentes à origem do **bóia-fria** no Brasil, a situação do bóia-fria que trabalha na cafeicultura no Vale do Jequitinhonha, bem como reflexões sobre a reprodução do **camponês** no capitalismo contemporâneo e sua sobrevivência como cafeicultor no Vale.

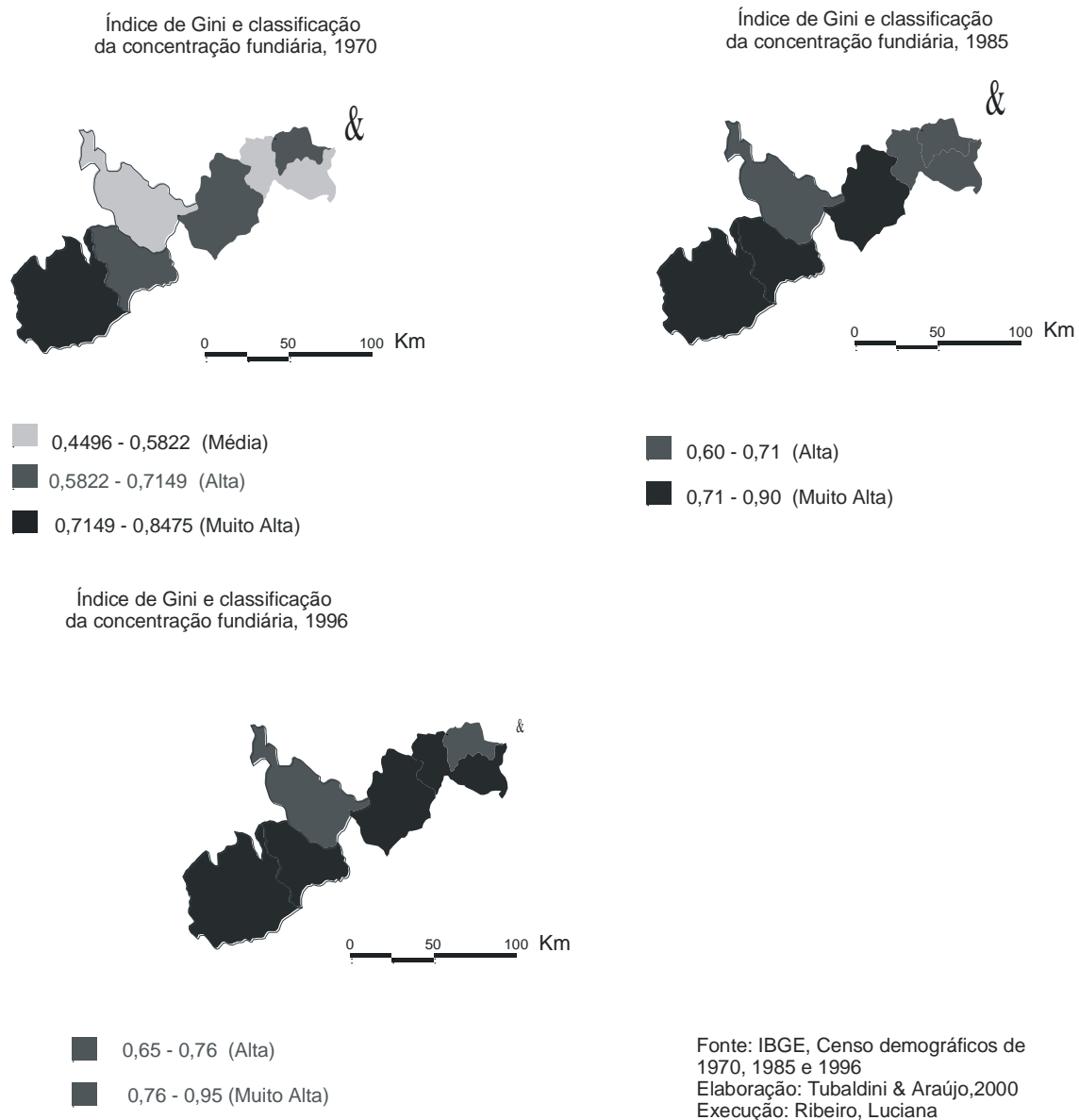
9- A REPRODUÇÃO CAMPONESA NA LÓGICA DO CAPITAL²⁶

Segundo Amin & Vergopoulos (1977) a produção camponesa é considerada, por alguns estudiosos mais ortodoxos (p.135), como uma anomalia residual em processo de extinção. Seu caráter “antieconômico” é então concebido como uma forma decadente, prejudicial à evolução do capitalismo.

Engels, citado por Amin & Vergopoulos (1977), afirmava que "a grande produção capitalista agrícola passará sobre a pequena exploração como uma estrada de ferro esmaga um carrinho de mão... É o sentido do desenvolvimento econômico inevitável ". (p.135)

²⁶ A origem e a sobrevivência do campesinato brasileiro compreendem temáticas complexas e muitas vezes antagônicas. Objetivamente, ao convergir algumas concepções e teorias, é possível localizar o camponês no Vale do café, observando-se, entretanto, variações intrínsecas do “modo de vida camponês” no contexto econômico atual .

Mapa 2



Kautsky, por exemplo, considerava a cultura camponesa como uma forma pré-capitalista de produção. O evolucionismo histórico, apreendido por alguns marxistas pouco dialéticos, contribuiu com formulações pertinentes ao capitalismo puro, isento portanto de qualquer relação de produção anterior.

Esse etapismo histórico dos modos de produção pressupõe, segundo críticas de Amin & Vergopoulos (1977), que o que é mais capitalista encontra-se mais próximo do socialismo. Desta forma, a grande empresa representa o curso normal da história humana e a pequena uma obstrução ao progresso. Nesta ótica, “o camponês é considerado apenas como pequeno patrão ou futuro proletário. Se persiste em se manter no seu estado atual, de pequeno patrão, deve certamente ser considerado como “reacionário” . “ (p.141).

A concepção totalizadora do progresso vinculada à hipótese de uma homogeneização perfeita (p.138) opõem-se aos postulados de um capitalismo universal e necessariamente heterogêneo.

“Percebemos cada vez mais nitidamente que, na época contemporânea, o mito da homogeneização se desmorona. O que ocorre, ao contrário, é uma “desagregação” quase geral, cada vez mais ampliada, que alimenta o crescimento do sistema em escala internacional e nacional” (op cit. p.145)

Trotsky, inicialmente, desenvolveu a teoria do capitalismo desigual e combinado. Celso Furtado, citado por Amin & Vergopoulos (1977) destacou o fato de que o movimento das economias dominadas (mesmo no caso da industrialização) foi sempre autorizado por uma conjuntura internacional unificada, mas não uniforme. Desenvolveu reflexões em torno de uma unidade do sistema capitalista mundial articulada, necessariamente, a múltiplos processos de recriação de novas desigualdades sociais. Segundo Amin & Vergopoulos (1977), esse postulado foi retomado por A. G. Frank, Fernando Henrique Cardoso e Carlos Romeo sob a forma de um desenvolvimento desigual "marginal" em razão da integração dos países dominados pelo mercado capitalista internacional. (p145).

Em conformidade com Amin & Vergopoulos (1977), consideramos que a agricultura camponesa constitui não um mero resíduo pré-capitalista, mas uma forma de produção articulada (e recriada) ao capitalismo moderno. Segundo estes autores:

“A força vital do sistema capitalista não provém de sua reprodução ampliada sobre zonas a ele “exteriores”, mas emana do relacionamento entre espaços não-homogêneos, irregulares, não-idênticos”. (p.139).

A cafeicultura no Vale do Jequitinhonha constitui, nessa perspectiva, uma especificidade inserida num processo mais amplo que se iniciou na década de 70. Os efeitos da modernização conservadora, contudo, não apenas expropriaram camponeses mas, ao mesmo tempo, proporcionaram a reprodução da pequena produção familiar. De acordo com Amin & Vergopoulos (1977):

“Trata-se, simplesmente, de apreender o processo de reconstituição do campesinato como movimento contraditório: de um lado, o MPC transforma a agricultura a seu modo, isto é, de forma diferente em relação à indústria e, de outro lado, o camponês persiste em apegar-se a seu pequeno pedaço de terra e, sobretudo, ao seu modo de vida. Os dois movimentos coexistem, na tendência geral, em favor da manutenção da exploração agrícola familiar”. (p.137)

A cafeicultura capitalista moderna no Vale, de fato, coexiste com a cafeicultura camponesa. A instabilidade nas condições de produção e de comercialização no campo, em geral, proporcionam em determinados momentos, uma margem de lucro negligenciável para o capitalista. Condições desfavoráveis ao investidor capitalista podem significar, entretanto, valorização quantitativa do trabalho da pequena produção familiar; o investidor camponês não visa o lucro, a acumulação de capital. Objetiva-se o ganho, o sustento melhorado da família e/ou a reprodução de sua condição camponesa.

“Os camponeses que trabalham nos campos devem ser considerados apenas como assalariados por empreitada ou residentes, não de tal ou qual patrão em particular, mas do conjunto interpessoal do sistema capitalista como tal. A relação entre a agricultura e

capitalismo é uma relação impessoal, mecanizada, que consagra o caráter funcional, e não residual, da disformidade do corpo social” . (Amin & Vergopoulos, 1977. p.159).

10- O CAMPONÊS NO BRASIL: ORIGEM, CONCEITOS E TENDÊNCIAS

Carvalho (1978) afirma que a origem do trabalho camponês no Brasil relaciona-se com crises de abastecimento local. Segundo o autor, com a valorização dos produtos agrícolas voltados à exportação no Brasil colonial, as grandes propriedades destinavam a maior parcela de suas produções para o abastecimento dos centros urbanos metropolitanos. Portanto, à margem dessas grandes propriedades desenvolveram-se pequenas unidades produtivas que, utilizando-se do trabalho familiar (e não do trabalho escravo), dispunham no mercado interno o pequeno excedente (milho, mandioca, feijão, arroz e etc.). Para Carvalho (1978), “essa agricultura, praticada pelos extratos mais ínfimos da população, teve no camponês seu principal produtor”. No entanto, salienta que “(...) por três séculos, desde a descoberta do Brasil, os camponeses não tiveram possibilidades de acesso à propriedade da terra“. (p.57) A posse de terras intensificou-se, inclusive, no interstício da abolição das sesmarias e da Lei de Terras.

“(…) pode-se afirmar que a unidade produtiva camponesa surgiu da posse do elemento livre nacional; tomou impulso com a imigração e mais tarde originou-se também do fracionamento da grande propriedade”. (Carvalho, 1978. p.59).

Vale ressaltar, no entanto, que a grande propriedade monocultora (para exportação) e escravocrata possuía, no seu interior, uma agricultura de subsistência. Essa produção destinada ao próprio latifúndio quase autárquico, não relaciona-se, segundo Carvalho (1978), à produção camponesa. Contrariando essa afirmativa, Cardoso (1987) defende a ideia do “protocampesinato negro” no Brasil colonial. Para ele, em vários latifúndios brasileiros,

alguns escravos obtiveram a posse da terra (pequenos lotes) para a auto-sobrevivência: “(...) descarregando os ombros dos proprietários uma parte da obrigação de sustentá-los²⁷”.

Para Carvalho (1978) o campesinato brasileiro teve sua origem no início da colonização com o trabalho indígena. Apoiar-se em Furtado que defende a ideia de que o soldado, o artesão, e aventureiros não tinham lugar na agricultura de exportação e transformaram-se em pequenos plantadores e criadores residentes sem a propriedade da terra. Mestiços, índios e brancos de origem portuguesa tornaram-se então pequenos produtores e ao mesmo tempo assalariados à disposição da propriedade agromercantil. Tais pequenos produtores situavam-se como “classe” intermediária entre o escravo e os grandes latifundiários. Posteriormente, com a abolição da escravatura, o camponês oriundo de mestiçagens - negros ex-escravos, caboclos, mulatos, brancos etc. - situava-se entre fazendeiros e assalariados.

Independentemente da polêmica em torno da origem do camponês no Brasil, Carvalho (1978) acerta ao afirmar que “a posição atual do camponês dentro da sociedade rural brasileira é a mesma que possuía na sua origem, ou seja, de subordinação econômica, social e política”. (p. 118-119). Elabora, ainda, importante questão referente à tendência do campesinato brasileiro:

- proletarização (rural ou urbana) ?
- manutenção de seu status quo ?
- transformação em empresários familiares?

Para Chayanov a economia camponesa consiste, principalmente, na auto exploração da força de trabalho familiar objetivando-se a sobrevivência.

Segundo Queiroz, citado por Carvalho (1978), “é camponês, de acordo com a moderna Sociologia Rural, todo indivíduo que cultiva a terra com mão-de-obra familiar e tendo em vista primeiramente a sua subsistência e não buscando lucro; coexiste, todavia, com uma economia diferente da sua, mantendo com ela relações de complementaridade, uma economia urbana, a qual traz o excedente de sua produção para trocá-lo ou vendê-lo,

²⁷ Ver CARDOSO, Ciro Flamarion. O protocampesinato negro nas Américas . SP; Brasiliense, 1987, p. 111.
Cadernos do Leste
Artigos Científicos

adquirindo tudo aquilo que não produz. Distingue-se assim do aborígene, cujas trocas se fazem com grupos de sistema econômico semelhante ao seu, e do pequeno agricultor, cuja produção inteiramente comercializada, tem por finalidade a obtenção do lucro”. Carvalho (1978) (p.44).

Queiroz admite ainda o camponês como produtor em pequenas empresas familiares. Por outro lado, Molina Filho, citado por Carvalho (1978), possui um conceito mais tradicional e menos complexo: “os camponeses produzem essencialmente para o próprio consumo, vendendo muito pouco a sua produção no mercado. São policultores e usam estritamente a mão-de-obra familiar”. (p.45). Afirma que a unidade produtiva camponesa não deve ser confundida com a empresa familiar. Defende a distinção de ambos no que concerne às relações de produção, destacando diferenças no volume destinado ao mercado externo e no alto nível de especialização de um em relação à diversidade produtiva (policultura) do outro. Reconhece, entretanto, semelhanças, como a utilização, quase que exclusiva, da mão-de-obra familiar, o nível de escolaridade do chefe de família, o tamanho das unidades produtivas, etc.

Lamarche (1993), classifica a exploração familiar em função do grau de integração ao mercado. Para ele "nem todas as explorações familiares são camponesas" (p.16). Sendo assim, a produção camponesa corresponderia somente ao Modelo Familiar ou de Subsistência, desvinculada portanto da produção destinada ao mercado.

Moura (1988) coloca o camponês como ator fundamental da produção mercantil simples, articulado ao mercado capitalista. Para ela, a expansão dos complexos agroindustriais tem transformado o camponês num trabalhador para o capital (p.8), sem torná-lo um proletário ou um microempresário. Segundo a autora “o mercado revoluciona a existência camponesa porque é revolucionado por novas lógicas de produção, que consistem basicamente na transformação da terra e da própria força de trabalho camponês também em mercadoria, como ocorre nas formações capitalistas”.(p.12).

Segundo Carvalho (1978), Diegues Júnior ressalta a carência de recursos do camponês e suas difíceis condições de sobrevivência: “(...) o nível de vida é baixo, deficiente quanto aos aspectos de utensílios, moradia, vestuário, alimentação (...)” (p.46).

Santos afirma que “o camponês é personificação de uma classe social definida pela forma de produção simples de mercadorias. Forma de produção na qual é produtor direto, e ao mesmo tempo, detém a propriedade dos meios de produção, trabalhando com esse meio. Ou seja, o camponês é proprietário da terra e do capital e é também o trabalhador. Sua ambiguidade fundamentalmente reside nesta combinação que também o define como agente de uma relação social de produção não capitalista”. (Carvalho, 1978.p. 46).

A "ambiguidade" referida pelo autor contribui para confirmação da reflexão anteriormente apresentada em torno da inserção camponesa na lógica do capital. E opõe-se, claramente, à concepção (etapista e não dialética) de camponês como pequeno patrão ou futuro proletário.

Carvalho (1978) cita Lopes que reforça a ideia de articulação entre a produção capitalista e a camponesa no Brasil. Para Lopes o trabalho camponês vincula-se com o mercado sob três aspectos :

- 1) através da comercialização de excedentes;
- 2) através da associação de culturas de subsistência com produtos para o mercado; e
- 3) aluguel de parte do tempo de sua força de trabalho.

O processo de proletarização (temporário ou permanente) do camponês, no Brasil, é antigo. Porém, a transformação do camponês policultor em produtor (familiar) especializado em culturas destinadas ao mercado é um movimento mais recente, que vem adquirindo maior expressão em várias regiões e lugares do país. Alterações de natureza cultural merecem, nesse sentido, estudos cuidadosos. Entretanto, as pequenas produções especializadas para o mercado mantêm-se, em geral, como sendo, paradoxalmente, valor de uso para o camponês, da mesma forma que seu antigo excedente era vendido (trocado) no mercado. Considerar a especialização da pequena produção como forma de produção não mais camponesa parece uma atitude pouco dialética. Lembra concepções de modos de produção puros, alicerçadas no etapismo histórico e, por conseguinte, vinculadas à visão de que a relação de produção camponesa é somente pré-capitalista. Desconsidera-se, por exemplo, a dinâmica social e seus efeitos no difícil exercício de elaboração conceitual. Eterniza-se o conceito, congela-se o tempo histórico.

Carvalho (1978) concebe o camponês, entre outras características, como um pequeno produtor rural de baixa renda. Além do pequeno proprietário da terra, inclui o arrendatário, o foreiro, o colono, o parceiro, o posseiro, etc., todos como camponeses. Contrariamente, Schaedel não inclui o assalariado sem terras como sendo camponês (p.49).

Aproximamo-nos parcialmente das concepções de Queiroz, de Moura, de Santos e de Carvalho observando-se, evidentemente, a concomitância e as relações entre os processos de proletarianização, transformação em camponeses “integrados”²⁸ e manutenção das relações tradicionais de produção.²⁹ Vale ressaltar que os três movimentos, atualmente, desenvolvem-se na cafeicultura do Vale do Jequitinhonha. Essa afirmativa vincula-se, evidentemente, à concepção de camponês por nós adotada. O pequeno trabalhador rural, proprietário da terra e que utiliza basicamente a mão-de-obra familiar visando sua simples reprodução - seja na forma da economia de subsistência ou subordinando-se ao mercado - constitui conceitualmente o nosso camponês cafeicultor investigado no Vale do Jequitinhonha.

11- AS CONDIÇÕES DE VIDA E DE TRABALHO DO CAMPONÊS CAFEICULTOR DO VALE

“Esta produção camponesa manteve-se sem maiores alterações até a década de 70, quando sob a direção do Estado, foi introduzido grande capital, representado pelas companhias reflorestadoras e pela cafeicultura do IBC”. FJP (1988)

Com base em depoimentos de camponeses produtores de café³⁰ foi possível realizar (dentro de um pequeno universo) constatações e estabelecer relações que poderão contribuir para futuros estudos mais abrangentes.

²⁸ Optou-se por substituir empresários familiares por camponeses integrados. O termo empresário não combina com a lógica de acumulação simples do camponês. O chamado pequeno produtor integrado coloca-se, na verdade, como “proletário” (e, ao mesmo tempo, dono dos meios de produção), por exemplo, de uma empresa compradora de sua produção especializada e não, exatamente, como integrado. De qualquer forma, a expressão **camponês integrado** é mais adequada que a anterior, apesar do eufemismo que tende a obscurecer uma relação de subordinação formal e real.

²⁹ A possibilidade do camponês transformar-se em **capitalista agrário** (desta maneira deixando de ser camponês) é mais rara, porém é um movimento que também merece consideração.

³⁰ Depoimentos extraídos de 10 questionários aplicados em junho de 1999.

Quanto à composição familiar, constatou-se que a maior parte (7) mantinha a estrutura básica: pai, mãe e média de 8 filhos, sendo que a maioria desses residiam e trabalhavam na propriedade. Dois casos de viuvez foram detectados, no município de Carai. Em ambos, as famílias eram constituídas pelas mães (mais de 60 anos) e respectivos filhos (12 e 9, com a maioria residindo e trabalhando em suas propriedades). Apenas um pequeno camponês (55 anos) de Capelinha era separado. Era pai de 5 filhos e vivia só, na propriedade.

Dos oito camponeses (sexo masculino) chefes de família, apenas um (53 anos) possuía escolaridade até a 6^o série; todos os outros disseram ser analfabetos. Uma das viúvas era alfabetizada e outra não. A idade média dos chefes de família (8 pais e duas mães) foi de 56 anos; sendo os extremos de 32 a 68 anos.

Conforme já mencionado, a média de filhos foi de 8, sendo que a família com três (casal mais novo do universo pesquisado) foi a que possuía o menor número de filhos; a família camponesa, com maior número, possuía 12 filhos. Um aspecto importante refere-se à situação/perspectiva dos filhos desses camponeses cafeicultores. Pelos dados coletados é possível inferir sobre as tendências anteriormente citadas: (a) proletarização (no campo e/ou nas cidades); (b) manutenção do status quo; e (c) transformação em “camponeses integrados”. As três situações foram constatadas. Porém, com base nos questionários e depoimentos, percebe-se, mais precisamente, que **para os filhos**, há maior tendência à proletarização (no campo) vinculada à reprodução do trabalho e modo de vida camponês (a) + (b). Percebe-se também, que a reprodução desse modo de produção tende à correspondência de um camponês semi-policultor especializado na cafeicultura (b) + (c). Consequentemente, é possível a ocorrência, no caso de uma única unidade familiar camponesa de superposição dos três processos (a) + (b) + (c).

No caso das aglutinações, alguns depoimentos são elucidativos. Dos 12 filhos de D. Maria, 7 moravam e trabalhavam na propriedade (80 hectares); “as outras casadas moram na região” – Carai; dos 7 que trabalhavam na propriedade “alguns trabalham em outras lavouras de café”. A família semi-policultor e especializada na cafeicultura (b) + (c) necessitava vender parte de sua força de trabalho (alguns filhos tornaram-se, temporariamente, boias-frias ou arrendatários) (a) + [(b) + (c)]. Antônio, 68 anos, proprietário de 65 hectares em Marambaia

(Caraí) é pai de 11 filhos. Três moravam e trabalhavam na propriedade (sendo uma casada com moradia própria), mas os outros “filhos saíram para as grandes cidades; trabalham como assalariados na cidade”. Miguel, 56 anos, proprietário de 28 hectares na comunidade de Maracujá (Capelinha), é pai de 6 filhos. Todos moravam e trabalhavam na propriedade. A escolaridade de 4 filhos superava a 4ª série do ensino fundamental. Um de seus filhos de 17 anos, cursava o 1º ano do ensino médio e desejava ingressar na Universidade para contribuir com a família, na condição de camponês.

A questão da escolaridade dos filhos desses camponeses revela que houve melhoria em termos de permanência nas escolas, ou seja, o grau de escolarização dos filhos é mais elevado que o dos pais. Os pais que responderam sobre a escolaridade de seus filhos, demonstraram satisfação em razão de que alguns alcançaram pelo menos a 4ª série e outros, por exemplo, completaram o ensino fundamental. Na unidade familiar, poucos porém, concluíram (ou estão concluindo) o ensino médio. Divino, pequeno camponês de Novo Cruzeiro, pagava aluguel na cidade para a filha estudar.

Três dos chefes de família já trabalharam como assalariados. Mesmo tendo a propriedade, necessitaram de trabalhar nas lavouras de cana-de-açúcar e/ou amendoim em São Paulo. Um antigo proprietário de 12 hectares (município de Caraí), alegou que já precisou trabalhar na lavoura de café de outro proprietário da região.

Esses camponeses cafeicultores afirmaram que além do café, cultivavam arroz, feijão e mandioca (subsistência). Um camponês cafeicultor de Caraí, 53 anos, pai de 6 filhos, e que também produzia cana-de-açúcar e feijão, afirmou que a maioria dos produtores rurais da região produzem café. Ressaltou que gosta da vida de camponês e que, para ele, a principal dificuldade do cafeicultor é a topografia regional. Para Divino, o camponês trabalha muito, mas não consegue pagar suas dívidas. E salientou:

“Muitos boias-frias eram pequenos proprietários e venderam a terra para procurar trabalho na cidade. As terras são boas, mas há falta de recursos para investir”.

Outros camponeses alegaram que as principais dificuldades do cafeicultor do Vale é a falta de recursos financeiros e as altas taxas de juros para financiamento. Para Miguel, a maior dificuldade é a “falta de irrigação”. Um pequeno produtor de Minas Novas também reclamou da falta de água. Para ele um dos fatores responsáveis pela diminuição da água foi à introdução do eucalipto nos anos 70.

Dentre as vantagens de se trabalhar como produtor de café, os entrevistados, de um modo geral, alegaram que há um maior ganho; “(...) é mais rentável”; para um camponês de Capelinha “Café é o que mais rende, mas não pode plantar somente café”. Segundo um cafeicultor de Caraí, a grande vantagem é que “café é uma cultura permanente”.

No que se refere à comercialização do excedente de café, um produtor de Caraí disse vender o excedente no próprio município: “Guardo o café produzido e vendo aos poucos, de acordo com as necessidades. Vendo para Caraí”. Outro produtor, também de Caraí, “repetiu”, em parte, o discurso anterior ao afirmar que “Vendo café em Marambaia; vendo de acordo com as necessidades. Não recebo ajuda da Prefeitura, do Sindicato e nem da Igreja”. Um pequeno cafeicultor de Capelinha contou que “vendo em Capelinha para atravessadores; se não conseguir entregar, a dívida dobra para o próximo ano”.

Dos camponeses cafeicultores entrevistados, a grande maioria praticava uma pequena policultura de subsistência (ou menos do que isso), eram proprietários e sabiam das dificuldades de manutenção da família camponesa, ou seja, expressaram-se sobre a necessidade de garantir um futuro camponês para seus filhos diante das inúmeras adversidades sociais, em destaque o acesso à terra (reprodução do camponês- proprietário no sistema capitalista). Entretanto, apenas 60% mencionaram a respeito das atividades de seus antepassados. A herança camponesa (pequenos proprietários) predominou; somente um afirmou que seus pais eram assalariados do campo sem, no entanto, apresentar maiores explicações.

A maior parte dos camponeses possuía suas propriedades há aproximadamente 30 anos e/ou adquiriram-nas por herança. A maior parte também afirmou trabalhar com o café há pelo menos 20 anos. A soma do tamanho médio das propriedades visitadas ficou em torno de 40 hectares. Quatro camponeses eram sindicalizados (Sindicato do Trabalhador Rural em

Capelinha e em Novo Cruzeiro). As condições de moradia desses cafeicultores podem ser consideradas boas. Predominou a moradia de 7 cômodos (média), com energia elétrica e água encanada. Geladeira, televisão, som, fogão a gás e liquidificador compareceram na grande maioria das residências.

12- BREVE REFLEXÃO SOBRE AS CONDIÇÕES DE VIDA E DE TRABALHO DO CAMPONÊS CAFEICULTOR DO VALE DO JEQUITINHONHA

Os camponeses cafeicultores que sobreviveram à modernização conservadora (que, desde os anos 70, vem introduzindo no Vale novas relações socioespaciais) parecem representar, simultaneamente, uma resistência ao capitalismo agrário e uma reserva de mercado para o mesmo. Resistência diante da intensificação de processos como: concentração de terras, assalariamento, subemprego, êxodo rural etc. – conforme estatísticas e depoimentos anteriormente destacados.

Por outro lado, “os sobreviventes” poderão constituir também, para algumas empresas, futuros mercados de produção segundo sistemas de integração/terceirização do trabalho camponês. Pois, tais procedimentos têm sido utilizados em vários setores da economia pós-fordista (objetivando-se, evidentemente, recuperação de taxas de lucro). No caso do capitalismo agrário, as observações de Amin & Vergopoulos (1977) são pertinentes quando consideramos as possibilidades de oscilação/instabilidade dos processos de produção e de comercialização do café cultivado no Vale do Jequitinhonha.

Limitações relacionadas ao crédito, o endividamento, a fragmentação da propriedade por herança (inviabilizando a produção) constituem, por exemplo, problemas que não são específicos do camponês cafeicultor do Vale. A pequena produção camponesa no Brasil convive, de um modo geral, com esses problemas. Entretanto, o camponês cafeicultor do

Vale do Jequitinhonha, sobrevivente aos efeitos nefastos da modernização conservadora, parece viver melhor na condição de semi-policultor especializado na cafeicultura do que na sua condição anterior. Os problemas estruturais persistem, mas o café do Vale, por ele produzido, tem proporcionado, em geral, melhorias na renda familiar. O café para alguns camponeses, inclusive, constitui-se numa poupança doméstica que auxilia a família na sua luta pela sobrevivência. As modestas condições de moradia e de trabalho familiar, segundo o discurso predominante, estão melhor garantidas, atualmente, com a venda do café. Para esse produtor, o café tem significativo valor de reprodução da família camponesa em condições mais dignas.

Vale destacar ainda, que a evolução do grau de escolarização dos filhos da família camponesa (cafeicultora), no Vale, poderá contribuir com avanços progressivos ao longo dos difíceis e complexos processos de reprodução existencial desse modo de vida e de trabalho.

13- O EMPREGO DA MÃO-DE-OBRA NA CAFEICULTURA BRASILEIRA

Antes de caracterizar a situação do boia-fria que trabalha na cafeicultura no Vale, convém explicitar, brevemente, a sua origem no Brasil, bem como o conceito mais abrangente deste tipo de trabalhador volante. Posteriormente, apresentam-se análises referentes à pesquisa direta realizada nos municípios cafeicultores do Jequitinhonha.

A influência da cafeicultura brasileira não ficou restrita apenas ao cenário político e econômico do país. Também atuou e continua atuando, decisivamente, na formação social enquanto força articuladora das diversas modalidades de exploração e expropriação das populações rurais, através de baixos salários, ausência de direitos trabalhistas, incorporação de terras camponesas, etc. A situação histórica de concentração fundiária “herdada do regime das capitâneas/sesmarias e que muito pouco foi alterada ao longo dos 400 anos de história do Brasil” (Oliveira, 1991, p.29), está intimamente relacionada ao surgimento e à reprodução de grande fração da classe de trabalhadores rurais. Entre as diversas formas de trabalho utilizadas

na cafeicultura brasileira, que incluem o arrendamento e a parceria, predominaram o trabalho escravo, o sistema de colonato e o trabalho temporário dos “boias-frias”.

Estes últimos, aos quais foram negados até mesmo os direitos trabalhistas, não são considerados trabalhadores rurais na legislação atual. São, na verdade, o resultado da violência social praticada no meio rural brasileiro, como consequência da chamada “modernização conservadora”. Entre seus antepassados havia pequenos proprietários, antigos colonos, trabalhadores assalariados, entre outros. Descendem, portanto, de camponeses que garantiam seu sustento pelo uso da terra. Atualmente, os “boias-frias” compõem uma numerosa massa de subempregados no campo brasileiro, quase sempre habitantes das periferias urbanas.

A origem do nome “boia-fria” está relacionada ao fato desses trabalhadores comerem frio o almoço que trazem de casa (D’incão, 1979), circunstância comum entre os trabalhadores rurais diaristas. O termo passou a ser mais comumente usado para fazer referência aos diaristas ocupados na colheita de café, laranja e no corte de cana. Neste trabalho, o termo “boia-fria” refere-se aos trabalhadores sem vínculo empregatício e que recebem por dia de trabalho, mesmo os que se ocupam o ano todo nas lavouras.

14- A TRANSIÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO PARA O SISTEMA DE COLONATO

Até as últimas décadas do século XIX o trabalho escravo predominou nas fazendas de café em São Paulo. Mesmo após a proibição do tráfico em 1850, os escravos continuaram compondo grande parte da mão-de-obra utilizada na cafeicultura. A transição para o trabalho livre³¹ ocorreu lentamente, concretizando-se somente após a abolição em 1888. (Stolcke, 1986).

³¹ É importante destacar a diferença existente entre o trabalho livre e o trabalho assalariado, para a qual Martins (1996) chama a atenção. O autor questiona a afirmação de muitos historiadores brasileiros de que o trabalho escravo teria sido substituído por trabalho assalariado. Argumenta que as relações de produção estabelecidas nas fazendas após o escravismo não poderiam ser definidas como puramente capitalistas e “nem o trabalho como assalariado, senão por muitos e questionáveis artifícios”. Pois, estariam baseados na “produção direta dos meios de vida necessários à reprodução do capital”. Mas completa: “Essa é na verdade uma questão de método”. (p. 11).

Segundo Martins (1996), o escravo, enquanto bem imobilizador de capitais, possuía acentuada importância na economia agrícola. O autor observa que:

“O escravo tinha dupla função na economia da fazenda. De um lado, sendo fonte de trabalho, era o fator privilegiado da produção. Por esse motivo, era também, de outro lado, a condição para que o fazendeiro obtivesse dos capitalistas (emprestadores de dinheiro), dos comissários (intermediários na comercialização do café) ou dos bancos o capital necessário seja ao custeio seja à expansão de suas fazendas”.(Martins, 1996, p. 26).

Dessa forma, a comercialização de escravos passou a ser mais lucrativa que a própria comercialização da produção, beneficiando mais o traficante do que o fazendeiro e tornando-se motivo de preocupação para os cafeicultores.

Ainda sobre essa contradição no comércio de escravos, Celso Furtado, em *Formação Econômica do Brasil*, escreve:

“Prevalecia então a ideia de que um escravo era uma “riqueza” e que a abolição da escravatura acarretaria empobrecimento do setor da população que era responsável pela criação de riqueza no país. (...) Outros argumentavam que, pelo contrário, a abolição da escravatura traria a “liberação” de vultuosos capitais, pois o empresário já não necessitaria imobilizar em força de trabalho ou na comercialização de escravos importantes porções de seu capital” (Furtado, 1980, p. 137)

A acentuada elevação no preço dos escravos após a proibição do tráfico e o crescimento dos movimentos abolicionistas, reforçou a intenção já crescente entre os cafeicultores de substituir a mão-de-obra escrava. Argumentava-se que inexistia no Brasil um contingente de trabalhadores livres suficiente para suprir a demanda das lavouras em crescente expansão³². A substituição da mão-de-obra escrava, na verdade, seria inevitável. O que havia era uma preocupação em criar outras formas de manter o controle sobre os novos trabalhadores (Stolcke, 1986). Iniciaram-se então, em 1850, as políticas de imigração de

³² Furtado (1980, p. 125-130) refere-se a esta afirmação, que, entretanto, é bastante polêmica e desperta controvérsias. Os próprios escravos libertos representaram um grande número de trabalhadores livres no país.

trabalhadores, principalmente europeus, para constituírem a nova força de trabalho nas fazendas de café do estado de São Paulo.

Os incentivos à imigração incluíram o financiamento das despesas da viagem pelos fazendeiros e o custeio das primeiras despesas no Brasil, que deveriam ser pagas posteriormente. Essas dívidas eram, na verdade, uma maneira de criar os primeiros laços de dependência dos imigrantes em relação ao fazendeiro (Martins, 1996). Havia também a promessa de terras abundantes para todos e da facilidade em adquiri-las. Este era, sem dúvida, um forte argumento para atrair os imigrantes.

As terras existiam realmente, em grandes extensões, mas não eram para todos. Juntamente com a formulação das primeiras políticas de imigração, foi promulgada em 1850 a Lei de Terras. Esta lei, de acordo com Silva (1999, p.30), “põe fim ao regime das posses livres e estipula que as terras só seriam apropriadas por meio da compra”, assegurando ao governo o monopólio sobre as terras devolutas e o controle do processo de apropriação destas. Silva continua ainda:

“Fundamentalmente, ela (a Lei de Terras) surgiu para deter o processo de apropriação livre mediante a posse da terra. Era o momento da imigração de trabalhadores estrangeiros cujo destino deveria ser, especialmente, o fornecimento de força de trabalho às lavouras de café. Por essa razão, o preço da terra estipulado pelo Estado deveria ser tal que a compra se tornasse impossível aos trabalhadores nacionais e imigrantes”. (Silva, 1999, p.30).

A vinda dos imigrantes para atender à demanda por força de trabalho nas lavouras pressupunha, portanto, que fossem tomadas as devidas precauções para conseguir um bom rendimento do seu trabalho. Dificultar o acesso à terra era, claramente, a forma mais eficaz de mantê-los na dependência da venda da sua força de trabalho para sobreviver. Entretanto, era preciso que esses imigrantes vislumbrassem a posse da terra e a tivessem como motivação e estímulo para melhorar o rendimento no trabalho. Sobre essa necessidade Martins faz o seguinte comentário:

“As novas relações de produção, baseadas no trabalho livre, dependiam de novos mecanismos de coerção, de modo que a exploração da força de trabalho fosse considerada legítima, não mais apenas pelo fazendeiro, mas também pelo trabalhador que a ela se submetia. Nessas relações não havia lugar para o trabalhador que considerasse a liberdade como negação do trabalho; mas, apenas para o trabalhador que considerasse o trabalho como uma virtude da liberdade”. (Martins, 1996. P 18).

O colonato, segundo Stolck (1986), prevaleceu nas fazendas de café de 1880 até os anos 60 do século XIX. Era um sistema misto de remuneração por tarefa e por medida colhida. De acordo com Martins (1996), a família do colono era contratada para cuidar de um determinado número de cafeeiros. A cada ano, ela recebia uma quantia fixa em dinheiro referente a esse número de cafeeiros e outra quantia variável de acordo com a produtividade. A permissão para cultivar nas terras outros gêneros de subsistência garantia a alimentação da família e gerava também excedentes, que podiam ser comercializados.

15- O TRABALHO ASSALARIADO E AS ORIGENS DO "BOIA-FRIA"

Algumas discussões sobre as causas do crescimento expressivo do número de trabalhadores eventuais na agricultura brasileira a partir da década de 60 são analisadas por Stolcke (1986). Tais discussões relacionam a intensificação dessa forma de trabalho a fatores econômicos como a mecanização, a concentração fundiária e o excedente de mão-de-obra. Na visão da autora, entretanto, estes aspectos não são suficientes para explicar as recentes mudanças nas relações de trabalho no campo. Stolcke afirma que devem ser considerados também os conflitos de classe e as mudanças políticas do período em questão, "dos quais o Estatuto do Trabalhador Rural de 1963 e o Estatuto da Terra de 1964 são apenas duas expressões". (p. 187)

As mudanças nas relações de produção da agricultura vinculam-se, na verdade, ao contexto maior da economia nacional, relacionado ao estágio de expansão capitalista no Brasil, nas décadas de 50 e 60. A este contexto, Oliveira (1993) refere-se da seguinte forma:

“A política econômica ditada pelos interesses da reprodução do capital industrial reduziu as formas de reprodução da economia agroexportadora até o limite necessário para que estas não continuassem a impor sua própria forma de reprodução ao conjunto da economia nacional, mas foi suficientemente elástica para permitir a sobrevivência dessa forma de reprodução, até mesmo porque as divisas necessárias para a importação dos bens para a indústria continuavam a ser, sobretudo, advindas da realização externa do produto da economia agroexportadora”. (Oliveira, 1993, p. 83/84)

Segundo Oliveira (1993), essas políticas forçaram uma redução na lucratividade do cafeicultor através da transferência ao produtor do "confisco cambial", antes arcado pelo Instituto Brasileiro do Café (IBC). O produtor, por sua vez, procurou recuperar a taxa de lucro através do aumento da produtividade do trabalho, da utilização de insumos agrícolas e de alterações nas relações de produção. Estas últimas, como afirma o autor, deram origem ao trabalho temporário no estado de São Paulo, ao qual ele se refere, como trabalho **volante**.

De acordo com Stolcke (1986), a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) já havia concedido aos trabalhadores rurais, em 1943, o direito ao salário mínimo, férias anuais pagas e aviso prévio que, entretanto, não eram cumpridos. O Estatuto do Trabalhador Rural acrescentou, entre outros, alguma estabilidade no trabalho e a indenização por demissão sem justa causa. O Estatuto, porém, não incluía os trabalhadores chamados **avulsos, volantes ou provisórios**, que tinham apenas o direito ao salário mínimo.

Em 1973, ainda segundo Stolcke (1986), o ETR foi substituído pela Lei nº 5.889. Por essa lei, os trabalhadores rurais passaram a ser denominados "empregados rurais" e definidos como "aqueles que trabalhavam diretamente para um empregador rural em bases não-eventuais". Os direitos dos trabalhadores eventuais incluíam somente salário mínimo, férias pagas e horas extras. Mas foi em 1978, através da Lei 6.019 que os “boias-frias” foram definitivamente excluídos da legislação trabalhista. Essa lei passou a definir o trabalhador eventual como aquele que não ultrapassava 90 dias de trabalho. Se a contratação fosse feita de forma indireta, ou seja, por meio de um intermediário, esse trabalhador não teria direito a nenhum benefício da lei. Fica, portanto, evidente o papel desempenhado pelo “turmeiro” ou “gato”, como confirma o comentário abaixo:

“A contratação dos “boias-frias” se efetua através de intermediários, conhecidos como “turmeiros”, recurso utilizado pelas fazendas para descaracterizar o vínculo de emprego. Parte da remuneração diária devida aos trabalhadores é retida pelo “turmeiro”, que se encarrega de formar as “turmas”, conduzi-las para as propriedades e fiscalizar o trabalho”. (Sgrecia & Gadelha, 1987, p.63).

A lei viria, então, legitimar a super exploração do trabalho no campo. Na época de sua promulgação esse tipo de contratação, feita pelo turmeiro, já predominava nos períodos de maior demanda de mão -de- obra na colheita do café e no corte de cana.

D’incão (1979), em estudo sobre o “boia-fria” na região da Alta Sorocabana em São Paulo, defende outro argumento para explicar a preferência pela utilização deste tipo de trabalho. A autora acredita que o principal responsável por essas alterações nas relações de trabalho da agricultura seria o fato de existir um excedente na oferta de mão-de-obra, maior que a demanda. Segundo a autora:

“(…) a possibilidade de contar com o trabalhador volante decorre exatamente da existência de um excedente da oferta de força de trabalho, em relação à demanda. Este fato determina, por parte do empresário, uma despreocupação em relação à possibilidade de arregimentação de mão-de-obra não qualificada, dispensando-o, conseqüentemente, da necessidade de contratar trabalhadores fixos. (...) O mesmo não acontece com a mão-de-obra qualificada, tratoristas e motoristas, que por serem mais escassos, são contratados de acordo com os termos legais e por tempo indeterminado”. (D’incão, 1979, p.120).

Essa afirmação, entretanto, não responde à complexidade da questão, pois, a existência desse excedente de trabalhadores associa-se também à existência das leis trabalhistas. Para além da dinâmica demográfica brasileira, na qual a queda da mortalidade vinha se dando, a legislação trabalhista foi um dos fatores responsáveis pelo fim do colonato, e como mencionado anteriormente, atuando diretamente na formação desse excedente de mão-de-obra.

16- O “BÓIA-FRIA” EM CAPELINHA: CONDIÇÕES DE VIDA E DE TRABALHO

Um fato importante que a princípio foi considerado um contratempo acabou, por fim, facilitando a coleta de dados. Na ocasião da realização do trabalho de campo, feito em época de colheita do café, havia um número pequeno de trabalhadores ocupados nas lavouras. A produção do município neste ano (1999) foi muito baixa e segundo afirmativa de alguns produtores, seriam colhidos cerca de apenas 10% da quantidade normal.³³ Um proprietário afirmou que normalmente contrata cerca de 50 diaristas na colheita (e mantêm apenas 2 trabalhando o ano todo). Neste ano (1999) contratou menos de 10 “boias-frias”.

Tal situação de baixa demanda por mão-de-obra possibilitou uma presença maior daqueles trabalhadores que residiam no município e se empregavam somente na cafeicultura local. Portanto, normalmente não se deslocavam a procura de trabalho em outras regiões, como eles próprios confirmaram depois.

Este fato também evidenciou com maior clareza, os diferentes perfis dos “boias-frias” que trabalham nas lavouras do município. Existem aqueles que vêm de outros lugares para colher café, aqueles que são de Capelinha e saem para trabalhar em outras colheitas mais distantes e os que vivem e trabalham somente no município, ou em áreas bem próximas.

Entre os últimos pode-se, ainda, distinguir os que trabalham só na colheita, os que se ocupam o ano todo e aqueles que não se ocupam o ano todo nas lavouras, mas participam de outras etapas além da colheita. Percebeu-se que o trabalho do diarista é largamente utilizado na cafeicultura de Capelinha.

Ao todo foram realizadas 14 entrevistas com “boias-frias”, além de “turmeiros” ou “gatos”. Para o direcionamento das entrevistas, elaborou-se um questionário com perguntas sobre dados pessoais, condições de trabalho e condições de moradia.

Muitos dos entrevistados disseram que trabalhavam nas lavouras durante o ano todo, mas eram contratados como diaristas. Durante a colheita, a renda média individual por

³³ Essa queda na produção explica-se pela bianualidade da lavoura somada à maior escassez de chuvas no ano (1999). Para a coleta de dados foram aplicados 14 questionários em Capelinha e 8 nos outros municípios. Auxiliaram na aplicação dos questionários e na pesquisa de campo os geógrafos Rodrigo Ribas e André Velloso.

dia no município equivale a R\$8, ou seja, em torno de R\$200 por mês. Alguns afirmaram conseguir mais, entretanto, esse valor é relativo e depende da experiência do trabalhador. Os novatos, que ainda não adquiriram maior agilidade no trabalho, ou os mais idosos, têm sua renda média diária reduzida para R\$5 a R\$6. A jornada diária de trabalho compreende 8 a 10 horas, havendo apenas um rápido intervalo para o almoço, que é trazido de casa. Dentre os problemas da atividade, a baixa remuneração foi a que mais apareceu entre os entrevistados.

A predominância feminina nos trabalhos de colheita foi visível. A maioria dos entrevistados era de mulheres das mais variadas faixas etárias, desde uma criança de 13 anos, até senhoras com mais de 50 anos (Fotos 1 e 2). Os próprios turmeiros declararam que há uma preferência pela contratação do trabalho feminino na colheita do café, pois, segundo eles, o rendimento é maior e os estragos na planta são menores.

Uma senhora de 53 anos de idade, há 20, trabalha nas lavouras de café. Ela afirmou que não há outra coisa para se fazer. A única atividade que exerceu além dessa, foi um emprego na ACESITA durante 3 anos, onde recebia 1 salário mínimo. Mora na periferia de Capelinha em casa alugada, de 4 cômodos, com os dois filhos e o marido de 58 anos que também trabalha “no café”.

Apenas dois dos entrevistados, possuíam escolaridade acima da 4ª série primária. Um garoto de 17 anos disse ter abandonado a escola na 3ª série e trabalha há 5 anos como diarista nas lavouras de café. Ele ganhava R\$5 ou R\$6 por dia e acreditava que trabalhar no café como boia-fria “é uma boa forma de ganhar a vida”. Morava numa casa de apenas 3 cômodos na periferia urbana com outros membros da família. Casa alugada, sem luz e sem esgoto.



Foto 1 - Criança trabalhando na colheita de café em Capelinha (01/06/99).

No geral, predominavam as moradias urbanas alugadas e em condições precárias, muitas sem esgoto e sem água encanada. Entre os eletrodomésticos mais comuns nas casas dos trabalhadores constavam TV, som, ferro de passar e liquidificador. Somente um dos entrevistados tinha geladeira em casa.

Nenhum dos entrevistados era sindicalizado, muitos eram descendentes de pequenos agricultores e gostariam de ter a condição do trabalhador assalariado. Um boia-fria, do sexo feminino, 54 anos, analfabeta, casada e mãe de 8 filhos afirmou que um dos maiores problemas de sua atividade é a exploração dos “gatos”.

Às vezes, no meio das conversas, surgiam relatos sobre algum parente que tinha saído para trabalhar em Belo Horizonte ou em outros estados. Uma dessas trabalhadoras, acreditava que a exploração só existia em Capelinha e que em Belo Horizonte a vida certamente deveria ser melhor.



Foto 2 - Trabalho feminino e infantil em Capelinha (02/06/99).

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais e a Cooperativa dos Trabalhadores Rurais de Capelinha (COOTRECAP) são os dois órgãos mais diretamente ligados aos “boias-frias” do município.

Os representantes do sindicato afirmaram que a maior parte desses “boias-frias” são antigos camponeses expropriados e poucos são sindicalizados. Apontaram a necessidade de formação de uma consciência de classe e de uma maior organização entre esses trabalhadores. Os dirigentes denunciaram que já foram vítimas de agressão física por patrões e que muitos “boias-frias” têm medo de se sindicalizar. Afirmaram que o único benefício da previdência concedido aos “boias-frias” é a pensão por morte ou invalidez. Para garantir-lhes alguns direitos trabalhistas foi criado o “contrato por safra”, uma forma de contratação por um período de aproximadamente 3 meses.

A COOTRECAP funciona como intermediária na contratação dos “boias-frias”, que são cadastrados e recebem uma carteirinha de filiação. Atualmente, estariam cadastrados cerca de 10 a 12 mil “boias-frias”. Os trabalhadores contratados através da cooperativa recebem também um pequeno acréscimo no pagamento.

Na visão do sindicato, a cooperativa atua como legitimadora da super-exploração desses trabalhadores, desempenhando o papel dos turmeiros e agindo de forma coercitiva. Segundo eles, os trabalhadores “só sobem no caminhão com a carteirinha da cooperativa”. Esta parece ser uma maneira de assegurar a contratação indireta dos diaristas e isentar os patrões de despesas com encargos trabalhistas. Sobretudo daqueles trabalhadores que se ocupam o ano todo ou grande parte do ano nas lavouras de café.

A preocupação da Igreja com a condição dos "boias-frias" do município foi relatada por um representante da casa paroquial. Ele afirmou que a Igreja desenvolve projetos de assistência e auxílio a esses trabalhadores atuando em conjunto com a comunidade e que os produtores também participam. Neste ano (1999), a casa paroquial distribuiria sementes e os proprietários permitiriam que os trabalhadores as cultivasse em suas terras. Contudo, não há indícios de um maior envolvimento político da Igreja com a questão.

17- O BOIA-FRIA NOS OUTROS MUNICÍPIOS

Obviamente, as condições de produção e de empregabilidade encontradas em Capelinha, foram também as verificadas nos outros municípios do café, pois foi o mesmo o período de pesquisa de campo. Muito semelhantes foram também os depoimentos dos boias-frias constatando-se a difícil luta pela sobrevivência e as precárias condições de moradia.

De um modo geral, a jornada de trabalho dos boias-frias entrevistados era de 10 horas diárias. A remuneração diária predominante variou de 5 a 6 reais, sendo que muitos destacaram que, durante o período de colheita do café, ganha-se mais (8 reais, como em Capelinha).

A grande maioria dos entrevistados não concluiu as quatro primeiras séries do ensino fundamental e o analfabetismo compareceu com a mesma proporção que em Capelinha.

A situação habitacional dos boias-frias nas áreas urbanas (sedes e distritos) foi a de aluguel de pequenas moradias (média de 4 cômodos). Possuíam água encanada e rede elétrica, mas em nenhuma das residências havia geladeira. As condições de moradia dos boias-frias nas

áreas rurais era melhor: casas próprias e um pouco maiores. Possuíam também água encanada e luz elétrica.

Maria das Dores, viúva com oito filhos e moradora de uma casa alugada na cidade de Novo Cruzeiro afirmou que o boia-fria do café “acorda muito cedo, passa fome e trabalha muito”. Analfabeta, 35 anos de idade, exerce a atividade há 8 anos e não é sindicalizada. É filha de “sem-terras”.

Ronildo, 26 anos, solteiro, trabalha há 10 anos na cafeicultura. Mora numa casa cedida, na zona rural de Padre Paraíso. Almoça em casa e não precisa utilizar-se do caminhão para dirigir-se às plantações de café. Considera como principal problema de sua atividade “trabalhar com agrotóxicos”.

Como em Capelinha, o trabalho infantil e feminino também foi observado nesses municípios, entretanto, na pequena amostra de entrevistados, a faixa etária variou de 15 a 50 anos, havendo equilíbrio entre o trabalho masculino e feminino. Alguns entrevistados não se colocavam como sendo trabalhador volante ou boia-fria. Desconheciam os **termos** e ignoravam seus **significados**; não se reconheciam como trabalhadores nessas condições. Alguns não responderam se eram filiados a algum sindicato e outros simplesmente não eram sindicalizados. Muitos, porém, afirmaram que trabalhavam em outras colheitas além do café e sob condições semelhantes de transporte (caminhão), de alimentação (a comida vinda de casa) e de direitos trabalhistas (sem carteira assinada, ganho por produtividade etc.). Vera, 44 anos, casada, mãe de 14 filhos (11 vivos), analfabeta é boia-fria há 8 anos. Vive na Comunidade de Santa Cruz (Zona rural de Novo Cruzeiro) e não conseguiu também, naquele momento de conversa, refletir sobre a sua situação de boia-fria.

18- BREVE REFLEXÃO SOBRE AS CONDIÇÕES DO BÓIA-FRIA NO “VALE DO CAFÉ”

As condições de vida e de trabalho dos “boias-frias” em Capelinha e nos demais municípios do “vale do café” revelam o alto grau de exploração ao qual estão submetidos esses trabalhadores. A precariedade das condições de moradia e alimentação, a exploração do

Cadernos do Leste
Artigos Científicos

trabalho feminino, infantil e de pessoas em idade avançada são apenas alguns exemplos do quadro maior de opressão existente nessas relações de trabalho. A situação desta parcela considerável da população desses municípios, decorre da forma intrínseca desse tipo de trabalho (eventual, inseguro, desprotegido, disperso) e associa-se à própria concentração de renda e de terras, apesar do aparente “desenvolvimento” trazido pela cafeicultura. Nesse aspecto, vale ressaltar que, segundo a pesquisa realizada por Matos (1999), Capelinha situava-se entre os últimos colocados no ranking social e econômico do Vale do Jequitinhonha e, contrariamente, Novo Cruzeiro estava em 15º (em termos socioeconômicos).³⁴ Capelinha, em 1991, estava em 41º lugar em relação aos 51 municípios do Vale do Jequitinhonha e Novo Cruzeiro em 10º posição (em termos sociais)³⁵.

Surgem, assim, algumas questões importantes sobre qual seria o posicionamento desses trabalhadores diante da sua própria condição de “boias-frias” e como eles veem a sua situação de explorados. E ainda, em que pontos os boias-frias do “vale do café” se diferenciam ou se assemelham aos demais trabalhadores nessa condição no restante do país.

Estas questões encontram alguns indícios de esclarecimento no próprio comportamento desses trabalhadores, ao demonstrarem a crença no fato de que a situação na qual se encontram é a única que lhes cabe. O medo da opressão transparece quando são questionados sobre suas condições de trabalho. A desesperança em relação ao futuro é também visível na fala dessas pessoas. A difícil luta pela sobrevivência contribui com a alienação e a perspectiva histórica para o indivíduo esfuma-se.

A ausência de uma consciência de classe entre os “boias-frias” da região dificulta a conquista dos direitos trabalhistas e da melhoria das condições de trabalho. Muitos deles até negam essa denominação, afirmando que estão nessa atividade apenas temporariamente, por não terem conseguido outro trabalho. Ou ainda, que só trabalham nas lavouras de café

³⁴ Mattos analisa vários indicadores sociais e econômicos dos municípios do Vale. Ver LESTE. Reestruturação sócio-espacial e desenvolvimento regional. Relatório 1, Vol. 1, 1999.

³⁵ Condições de saneamento básico, saúde e educação, por exemplo, compuseram critérios de definição do *social*. Ver maiores informações, inclusive por município, no Relatório 1, vol. 1. *Op. cit.* 1999.

durante curtos períodos de tempo. A falta de organização desses trabalhadores os torna ainda mais vulneráveis à exploração, que tende, então, a acentuar-se cada vez mais.

Não há como apontar muitas diferenças entre esses trabalhadores e os demais “boias-frias” do Brasil. São todos fruto do processo de “evolução” da economia nacional e estão incluídos (ou excluídos) na mesma lógica capitalista de acumulação. A todos eles foram negados os seus direitos de trabalhadores. Podem existir formas diferentes de exploração nas diversas regiões do país, mas, o grau de exploração do trabalho dos “boias-frias”, certamente, é equiparável em todas elas.

Por fim, vale acrescentar que a conveniência da exploração capitalista sobre a abundante mão-de-obra disponível sobrepõe-se à necessidade de geração de empregos na região. A população local passa a ser considerada, na concepção capitalista de “progresso”, como um recurso a ser explorado, assim como a terra. Uma situação comum também em outras regiões do país, mas que assume maior gravidade no Vale do Jequitinhonha, onde a justificativa da exploração está implícita numa ideia equivocada, que atribui apenas às características físico-geográficas a atual condição de pobreza da região. Desconsidera-se a retirada constante dos recursos, a super-exploração do trabalho e a crescente concentração das terras.

19- CONSIDERAÇÕES FINAIS

Aproximamo-nos de uma hipótese pouco aceitável: a introdução da cafeicultura moderna contribuiu, em grande medida, com a degradação da vida da maior parte da população dessa sub-região do Vale. A pobreza histórica de muitos trabalhadores rurais transformou-se em nova pobreza mais intensa nas periferias urbanas e nos campos do Vale. Novas formas de exploração e de dependência foram introduzidas e junto com elas muitos camponeses transformaram-se em assalariados temporários, boias-frias, desempregados etc. Todavia, salienta-se que a simultânea implementação de enormes florestas de eucalipto em alguns dos municípios cafeicultores também incrementou a pobreza e a expropriação no Vale.

A concentração de terras e o êxodo rural aprofundaram-se, as cidades obtiveram significativo aumento populacional – mas não desenvolveram-se - e o trabalho temporário e o subemprego tendem à “naturalização”. É quantitativamente pequena a figura do “assalariado permanente” nos cafezais do Vale.

Em termos de indicadores sociais, Capelinha que centraliza a cafeicultura regional, posiciona-se entre os piores municípios de todo o Vale do Jequitinhonha. A riqueza proporcionada pela cafeicultura moderna esconde-se na mão invisível do mercado, dominado por grupos empresariais que insistem na exploração do trabalho infantil e feminino em suas propriedades.

O boia-fria sobrevive com a angústia e o desespero: ele “precisa ser explorado” para alimentar-se no dia seguinte. A incerteza colabora com a alienação humana: o olhar histórico atrofia-se diante da dependência e da precariedade material. Nas Igrejas do Vale do Café predomina o silêncio político e o assistencialismo. As gestões municipais, no geral, esbarram diante de questões estruturais e as "cestas básicas" do governo federal parecem seguir critérios justos de distribuição. Os sindicatos dos trabalhadores rurais, quando não virtuais, tentam colocar-se de maneira mais engajada mas, perdem força no meio dos conflitos trabalhistas e das pressões patronais.

Contudo, o camponês - sobrevivente ao processo de expropriação - tem na cafeicultura um aliado. As dificuldades inerentes à pequena produção no Brasil manifestam-se também no trabalho da família cafeicultora do Vale, mas a dignidade tende a ser preservada: a renda do café contribui diretamente para a reprodução de sua condição de camponês.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMIN, S. & VERGOPOULOS, K. A Questão Agrária e o Capitalismo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

ANDRADE, M. C. Geografia econômica. São Paulo: Atlas; 11º ed., 1992.

BARTHOLO, G. & MENDES, A. Cultivares de cafeeiros recomendadas para Minas Gerais. Circular Técnica - nº 89, junho; EPAMIG: Lavras, 1998.

CAIXETA, G. Z. T. A Cafeicultura em Minas Gerais 1983/85. Viçosa – EPAMIG/CRZM, Série Documentos, 32. 1996. 51p.

CARDOSO, C. F. S. O Protocampesinato Negro nas Américas. São Paulo: Brasiliense, 1987.

CARVALHO FILHO, J. J. Política Cafeeira do Brasil - Seus Instrumentos - 1961/1971. São Paulo: IPE. 1976. 111 p.

CARVALHO, J. C. M. Camponeses no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1978.

DIAS, M. & HORTA, C. A cafeicultura no Vale do Jequitinhonha: relações de trabalho e condições de vida do camponês e do bóia-fria. Belo Horizonte: Relatório de pesquisa (LESTE/UFMG), 2002. 68 p.

D' INCÃO, M. C. O “Bóia-Fria”: Acumulação e Miséria. Rio de Janeiro: Vozes, ed. 7ª. 1979. 154 p.

FAEMG - Diagnóstico da Cafeicultura em Minas Gerais. Belo Horizonte: Faemg, 1996. 52 p. FJP (Fundação João Pinheiro) / Secretaria de Estado de Assuntos Municipais - MG. Programa Novo Jequitinhonha. Belo Horizonte: 1988.

FURTADO, C. Formação Econômica do Brasil. São Paulo: Nacional, ed. 17ª. 1980.

LAMARCHE, Hughes (coord.) A agricultura familiar. SP: UNICAMP, 1993.

LESTE (Laboratório de Estudos Territoriais). Reestruturação sócio-espacial e desenvolvimento regional. Belo Horizonte: IGC/UFMG. Relatório 1, Vol. 1, 1999.

MARTINS, J.S. O Cativo da Terra. São Paulo: Hucit ec, ed. 6ª. 1996, 157 p.

MOURA, M. M. Os Deserdados da Terra. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 1988, 250 p.

MUINHOS, M. K. O Alcance do Planejamento Estadual no Brasil: Os Planos Mineiros de Desenvolvimento da Década de 70. Diamantina, CEDEPLAR / UFMG (VI Seminário Sobre a Economia Mineira). 1992, p. 143-167.

NABUCO, M. R. & LEMOS, M.B. A Rota do Capital Agrícola em Minas Gerais na Década de Oitenta. Diamantina, CEDEPLAR / UFMG (III Seminário Sobre a Economia Mineira). 1986.

- NABUCO, M. R. Brasil e Minas Gerais: Modernização e Modernidade na Agricultura. Diamantina, CEDEPLAR / UFMG (IV Seminário Sobre a Economia Mineira). 1988, p. 111-133.
- NAKAGAWARA, Y. Café, do Colonato ao Boia-fria. Seminário: Ci. Soc. Hum., v. 15, n. 3, Londrina, set. 1994. p. 270-279.
- OLIVEIRA, F. Elegia para uma Re(li)gião. Rio de Janeiro: Paz e Terra, ed. 6^a 1993, 137 p.
- OLIVEIRA, A. A Agricultura Camponesa no Brasil. São Paulo: Contexto. 1991. 164 p.
- PRADO JÚNIOR, C. História Econômica do Brasil. São Paulo: Brasiliense, ed. 12^a. 1970. 354p.
- SEPLAN- Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral. Perfil Sócio-econômico da Região de Planejamento IX (Jequitinhonha/ Mucuri). v. 9, Belo Horizonte. 1994. 144p.
- SGRECIA, A. & GADELHA, E. G. Movimento Rural, 1970–85. In: POMPERMAYER, M. J. (Org.). Movimentos Sociais em Minas Gerais – Emergência e Perspectivas. Belo Horizonte: UFMG. 1987. (51-83).
- SILVA, M. A. M. Errantes do Fim do Século. São Paulo: UNESP. 1999. 370 p.
- SILVA, N. III M. Vale do Jequitinhonha: Incorporação e Transformações Estruturais. In:
- NABUCO, M. R. (Org.). Contradições e Desenvolvimento Agrícola em Minas Gerais – Uma Perspectiva Regional. Belo Horizonte: CEDEPLAR. 1990. (105-132).
- STOLCKE, V. Cafeicultura – homens, mulheres e capital (1850-1980). São Paulo: Brasiliense. 1986. 410 p.
- TUBALDINI, M. A. & ARAÚJO, M. L. G. Agricultura e aspectos rurais no Vale do Jequitinhonha. In: Reestruturação Sócio-espacial e Desenvolvimento Regional do Vale do Jequitinhonha. Belo Horizonte: LESTE - IGC/UFMG. Relatório 1, vol. 2. 2000.